

--- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e dez;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo de Delegação de Competências e Transferências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia do Concelho;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento do Programa ABC – Apoio de Base à Criatividade – Convento de São Miguel das Gaeiras;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo a Estabelecer com a AFCO – Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos;-----

--- Ponto número seis – Aprovação e eventual autorização da Proposta de Concessão do Uso Privativo do Direito de Superfície de um Terreno Municipal para instalação de Posto de Abastecimento de Combustíveis e Área de Serviço;-----

--- Ponto número sete – Nomeação de três Deputados da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Selecção e Avaliação para atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Concelho que frequentam o Ensino Superior;-----

--- Ponto número oito – Orçamento da Óbidos Requalifica para o ano de dois mil e dez, para conhecimento;-----

--- Ponto número nove – Orçamento da Óbidos Patrimonium para o ano de dois mil e dez, para conhecimento;-----

--- Ponto número dez – Proposta de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal – dois mil e dez, para conhecimento;-----

--- Ponto número onze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número doze – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, José Luís de Melo da Silveira Botelho, Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia, Joaquim dos Santos Martins, tendo dos dois últimos sido substituídos pelos Senhores Deputados Vitor Manuel Leal Pedras e Augusto Joaquim Fernandes, respectivamente, e a Senhora Deputada Ana Catarina Brás de Carvalho, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria da Gama Lourenço.-----

--- Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do Regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo desejado umas boas festas a todos os presentes.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia, Joaquim dos Santos Martins, à presente reunião, e de André Filipe Freitas Duque à reunião de dezasseis de Novembro do corrente ano; Postais de Boas Festas; Carta da Ordem dos Arquitectos sobre a aplicação da Lei número trinta e uma, barra, dois mil e nove; Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo boletim e ofício da Assembleia Municipal de Évora, remetendo moção. A correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados, para consulta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, a saber: Apreciação e eventual aprovação da Delegação de Competências na Obitec. Posta à votação a inclusão do novo ponto, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, passando a ter o número oito da ordem de trabalhos. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado José Capinha desejou as boas festas a todos. Sobre a intempérie que assolou a zona Oeste, em vésperas de Natal, disse que também causou danos no Concelho de Óbidos e em concreto no evento que está a decorrer, organizado pela Empresa Óbidos Patrimonium. Deixou uma nota de apoio, espera que as coisas se recomponham rapidamente e que os danos não sejam muito avultados, permitindo que o evento decorra da melhor maneira e com os melhores resultados. Gostava de saber se existem outros danos e o que se poderá fazer. Fez referência à aprovação do programa do INOV.C, relativamente ao parque tecnológico. É uma excelente notícia, que devia ser discutida, lembrada e afirmada na Assembleia Municipal. Referiu-se também ao prémio com o qual o Município de Óbidos foi galardoado pela EDP, respeitante a medidas de poupança energética. Gostaria que estas referências fossem partilhadas e explicadas de forma mais aprofundada pela Câmara Municipal.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado desejou boas festas. Disse que o Grupo Municipal do PS, secunda o que o Senhor Deputado José Capinha afirmou. Lamentam e manifestam a sua solidariedade perante o que aconteceu no evento. Queriam saber se já existe, por parte da Câmara Municipal, algum cálculo mais exacto sobre os prejuízos que advieram desta intempérie e se, porventura, existe, ou não, algum seguro que cubra estes prejuízos e que ajude a Câmara Municipal de a colmatar este período difícil. Queriam também saber se existe algum levantamento no Concelho sobre os prejuízos causados pela intempérie. Se esse prejuízos já estão devidamente quantificados. Se são só a nível comercial, ou se existe também prejuízos ao nível de casas e habitações. Em A dos Negros houve duas ou três casas que sofreram alguns prejuízos com o tempo. Perguntou se já tinha sido solicitada alguma ajuda à Câmara Municipal, para ajudar a reconstruir, a nível de custos, essas mesmas casas e se a Câmara Municipal tem algum projecto, ou algum plano, de ajuda às pessoas que tenham sido lesadas e que venham a requerer a mesma.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal desejou boas festas a todos os presentes. As intervenções anteriores reflectem o período de estragos e de problemas, que foram criados pela intempérie e que obrigaram a Autarquia a fazer um esforço muito grande, no sentido de minimizar e procurar encontrar soluções para os casos que vieram a acontecer. O Concelho de

Óbidos não é dos Concelhos que teve os maiores prejuízos, mas também lhe calhou essa acção violenta. Começaram a fazer o levantamento de todas as situações que tinham acontecido no território. Em termos de balanço, tiveram um conjunto de habitações que sofreram alguns prejuízos, com o levantamento de telhas e coisas desse género. Não tiveram acções que tivessem provocado desalojamentos e que tivessem tido a necessidade de intervenção, do ponto de vista social, acrescida. Houve muitas ocorrências, às quais, quer a estrutura dos Bombeiros, quer a estrutura municipal, conseguiram dar resposta durante o dia. Houve muitos postes derrubados, árvores no chão. No Largo de São Marcos, em Gaeiras, caiu uma árvore centenária, sem causar danos. A maior parte dos problemas concentram-se na agricultura e no evento Vila Natal. É aí que se resume aquilo que foi a necessidade de superar os próprios esforços e pedir ajuda e o envolvimento, nomeadamente, da Administração Central. No dia seguinte houve um envolvimento imediato por parte de todos os Presidentes de Junta, procurando a Autarquia ter uma segunda perspectiva do que estava a acontecer. A partir daí, foi tentar arranjar soluções para muitos destes casos. As estufas destinadas à agricultura sofreram graves danos. Têm um levantamento dos estragos feitos. Foi comunicado às autoridades, quer em termos de área, quer em termos de levantamento de custos, o que foi provocado pela intempérie. Vai estar reunido com um Secretário de Estado e sabe que o Governo se prepara para fazer um anúncio sobre medidas de compensação à Região Oeste. Alguma actividade turística ficou paralisada pelo facto de não haver electricidade. O Município tem regulamentos municipais que permitem dar ajudas pontuais, que são ajudas escassas, curtas, mas são ajudas que foram assim deliberadas, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. O Vila Natal sofreu estragos consideráveis. As estruturas montadas condicionaram o próprio evento. Houve uma estrutura que partiu, não tendo conserto. A pista de gelo também ficou condicionada, não tendo sido possível voltar a colocar a sua cobertura. Com a chuva que tem caído, todo o efeito decorativo, coreográfico, ficou condicionado, não permitindo que as projecções de neve sejam colocadas. Todo o equipamento que foi apanhado pela intempérie está coberto por seguro contra terceiros. É o risco de quem aposta em fazer eventos ao ar livre e de quem aposta em movimentar a economia. O evento, no mês de Dezembro, provoca um impacto muito positivo no comércio local. Têm capacidade para enfrentar as coisas e recuperar, mas fica sempre aquela tristeza de quem trabalha imenso para que as coisas corram bem. Óbidos vai ser objecto de ajudas por parte do Governo. O INOV.C teve uma aprovação. Excelente notícia. É um programa da candidatura apresentada pela Universidade de Coimbra, que envolve vários parques tecnológicos e incubadoras de base tecnológica, entre os quais o parque tecnológico de Óbidos, e foi anunciado pelo Senhor Presidente da CCR a aprovação do projecto. Há financiamento para avançar com a construção dos edifícios centrais. A Obitec fez uma Assembleia Geral onde foram eleitos os seus órgãos sociais. Óbidos está de parabéns. O prémio EDP é fruto de quem observa aquilo que acontece no sector económico e no sector institucional. Houve intenção, por parte do júri da EDP, de destacar duas entidades. Uma foi o Município de Óbidos e a outra foi a Secretaria-Geral da Presidência da República. Óbidos recebeu uma menção especial pelo projecto Óbidos Carbono Social e por um conjunto de medidas que estão a lançar. Foi passado um filme sobre as acções que já estão a decorrer. O projecto foi apresentado como um exemplo a seguir por outros Municípios. O que Óbidos está a fazer é uma coisa muito importante. Sabe muito bem receber

este prémio.-----
--- PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E DEZ: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscientos e sessenta e sete, de dezanove de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e dez.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as áreas de intervenção política estratégica, que defendem em programa, em eleição e num trabalho feito nos últimos anos, que não estejam previstas no orçamento e tenham escapado, vão ser remediadas e vão pagar por elas. Este orçamento foi aprovado pela Câmara Municipal sem votos contra. Dois mil e nove foi um ano terrível para todos. Que melhor argumento teria uma Câmara Municipal do que abrigar-se na crise, para apresentar uma proposta defensiva, de retracção, de corte e de travão. Não havia contexto político mais favorável do que este. Têm uma ambição e um sonho para Óbidos. Há muito tempo que escolheram um caminho de transformação, de mudança e não um caminho de retracção. É uma proposta que tem a ver com a necessidade de voltar a imprimir dinamismo. A estratégia do travão iria afastar investidores, pessoas de Óbidos e causar mais desânimo. Crise também quer dizer mudança. Quando estão a fazer um caminho de transformação, tem que ser colectivamente. Não há ninguém no sector privado que vá fazer investimentos se não olhar para a sua Câmara Municipal, ou para os poderes públicos, e que não perceba o sinal. A responsabilidade que uma Autarquia tem, é de dar sinais para os vários sectores. É preciso haver muitos motores para levar o Concelho para a frente. Têm que dar o sinal aos investidores, que vale a pena investir em Óbidos. É um orçamento de quarenta milhões de euros e é optimista. Os sinais fazem-se com obras e com dinheiro. Podem não conseguir executar os quarenta milhões de euros. Óbidos vai voltar a bater um recorde histórico, do ponto de vista da sua execução. Não puderam alienar o que estava previsto. De ano para ano sobem sempre a receita. Se em dois mil e dez voltarem a superar dois mil e nove, estão todos de parabéns. Só fazem o investimento se tiverem a receita. Contribuem muitas pessoas para a arrecadação dessas receitas. Agradeceu todo o dinamismo que o Concelho de Óbidos projectar e conseguiu desencadear nos últimos tempos. Existem grandes investimentos a serem concretizados. Destacou a intervenção social, a requalificação urbanística, a habitação social, o apoio às freguesias, entre outros. Todos os grandes objectivos estratégicos e as grandes áreas estão no orçamento.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho desejou boas festas a todos. O Grupo Municipal do PS sempre entendeu que um documento orçamental do Município tem uma dupla componente. Tem uma componente política, que deve ser essa que impera no essencial, as intervenções que são feitas neste órgão político. Um princípio de transparência exige que a tecnicidade do documento orçamental, não pode ser desvalorizada, nem posta em causa. É verdade que o documento orçamental vai vivendo, ao longo da sua existência, durante um ano, de um conjunto de alterações que tendem a aproximar a previsão orçamental da realidade orçamental. As questões que têm suscitado acerca do documento orçamental, tem a ver com questões políticas. Têm deixado bem clara a sua oposição política, relativamente às opções políticas, que estão

reflectidas nos vários orçamentos, que têm sido suscitados pela maioria do PSD, ao longo dos últimos anos. Nunca ninguém pôs em causa que a Câmara Municipal é extremamente optimista, relativamente à proposta de orçamento que faz. O problema da retracção não tem a ver com a capacidade de perspectiva que a Câmara faz do documento orçamental. Tem a ver, depois, com a execução orçamental. A experiência que tem é que passados, sensivelmente, dois meses de estarem a fazer a discussão do documento orçamental para o ano seguinte, vão avaliar as contas do ano anterior, e a execução orçamental pouco tem a ver com a realidade da previsão orçamental, feita um ano antes. É muito apologista da mensagem positiva dos agentes políticos. Lamenta, por vezes, que as oposições, sejam elas quais forem, sejam encaradas pelas maiorias como agentes do pessimismo. O ano de dois mil e nove foi difícil para o país, como já tinha sido o final do ano de dois mil e oito. À oposição também se impõe que registe que o Senhor Presidente da Câmara Municipal omitiu que o problema, relativamente às finanças autárquicas, da crise de finais de dois mil e oito e de dois mil e nove, não se vai sentir, propriamente, em dois mil e nove. Vai-se reflectir em dois mil e dez e, fundamentalmente, em dois mil e onze, por causa da lógica do n mais dois, uma vez que os impostos que estão a ser cobrados no ano da crise vão ser devolvidos às Autarquias dois anos depois. É preciso esperar para ver, ainda, ao nível do impacto da crise, nas finanças municipais, relativamente à questão do ano de dois mil e dez e, fundamentalmente, de dois mil e onze. Deve-se fazer um esforço significativo de pagamento atempado de dívidas a fornecedores e impedir que atinjam os montantes que têm atingido nos últimos tempos, e que neste momento é superior a cinco milhões de euros. Aos municípios, como aos agentes políticos, em geral, o que se pede é que apliquem, da melhor forma que sabem, os montantes que lhe são disponibilizados pelos impostos que são cobrados aos cidadãos. Felizmente, o Município de Óbidos, tem um conjunto de circunstâncias, algumas por mérito da maioria PSD, que se reflectem no seu orçamento. O que se pede, o que se exige, é que, no caso concreto de Óbidos, onde há alguma arrecadação de receita, essa arrecadação de receita seja gerida no sentido de beneficiar, o mais possível, os cidadãos do Concelho de Óbidos. Há uma linha de coerência no documento. O orçamento que está proposto para dois mil e dez, basicamente, em termos de estrutura, segue aquilo que foram os orçamentos que já teve oportunidade de analisar, enquanto Deputado Municipal, designadamente, dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove. Noventa por cento do texto da nota introdutória do orçamento de dois mil e nove é igual à do orçamento de dois mil e dez. Há um aumento dos impostos indirectos, quadruplicam em relação a dois mil e nove e há um aumento das taxas municipais, que triplicam, em relação a dois mil e nove. Como se diz, estas reflectem algumas receitas que são esperadas de alvarás de alguns projectos. Ficam com alguma perplexibilidade relativamente àquilo que, neste momento, classificariam como algum excesso de optimismo na arrecadação de receita para o ano de dois mil e dez. Está em discussão pública um novo regulamento de taxas. Questionou, se o triplicar da cobrança das taxas municipais se fica a dever à aplicação do novo regulamento. Politicamente, onde é que está o truque destes orçamentos, que são sempre os maiores orçamentos de sempre. Está naquela linha que é estarem inscritas promessas que depois não se vêm a concretizar. O complexo logístico municipal, uma obra da responsabilidade financeira da Câmara Municipal, que estaria a avançar em dois mil e nove, e segundo declarações do Senhor Presidente da Câmara, deveria estar construído em Julho

passado, com o custo de um, vírgula, seis milhões de euros, não está terminado e este valor não foi, obviamente, aplicado. As duas novas escolas municipais, que deviam estar concluídas no início do ano escolar, em Setembro, continuam em construção. A intervenção e a recuperação de habitação social no Concelho, tinha previstos cerca de um milhão de euros no orçamento de dois mil e nove, tendo sido executados zero. Os cerca de um, vírgula, cinco milhões de euros, que estão previstos para habitação social, mas tendo apenas concluídos cerca de sessenta e três mil euros, aparentemente, poderá ser uma promessa que mais uma vez não se vai cumprir no ano de dois mil e dez. O projecto Óbidos Gourmet tinha previstos para dois mil e nove, cerca de cento e trinta e cinco mil euros. Neste ano execução zero. O projecto da cofila, que tinha previsto para dois mil e nove, trezentos e trinta e quatro mil euros, execução zero. O projecto Óbidos Criativa, que tinha previsto para dois mil e nove, cerca de meio milhão de euros, execução zero. Rede de habitações criativas tinha previsto para dois mil e nove, cerca de cento e cinquenta mil euros, execução zero. No caso das Juntas de Freguesia, em dois mil e nove foram transferidos cerca de um, vírgula, um milhão de euros. Para dois mil e dez estão previstos apenas quinhentos mil euros. Para as empresas municipais acontece exactamente o contrário. Se em dois mil e nove estavam previstos, apenas, um, vírgula, três milhões de euros, gastaram-se, efectivamente, mais de um, vírgula, sete milhões de euros, e em dois mil e dez estão previstos uns generosos um, vírgula, cinco milhões de euros. Os valores que são transferidos para as empresas municipais, aumentam, enquanto para as Juntas de Freguesia diminuem. Tem um conjunto de propostas que o Grupo Municipal do PS tem feito, ao longo destes anos, com incidência orçamental e também com incidência política, que têm vindo a ser rejeitadas, sistematicamente, pela maioria. Entendem, fruto da apreciação da documentação que foi transmitida pelas empresas municipais, que, provavelmente, o futuro não vai ser risonho. Das propostas que têm feito, destaca a necessidade da fusão das empresas municipais, e voltam a insistir na mesma. O PS, politicamente, entende que não deve ignorar que o Município de Óbidos foi a eleições à poucos meses atrás. É preciso dizer, com toda a frontalidade, que havendo uma linha coerente, na opinião do PS, negativa, entre o orçamento de dois mil e nove e a proposta de orçamento de dois mil e dez, feita pela maioria do PSD, a verdade é que os resultados eleitorais, reflectem uma opção dos cidadãos de Óbidos, maioritária, relativamente a esta linha de programação e de apresentação de um documento orçamental. Este não seria o orçamento do PS. No entanto, e atendendo à circunstância política de terem tido eleições que sufragaram o entendimento que a maioria do PSD tem deste instrumento orçamental, o PS reflectirá na sua votação para o orçamento de dois mil e dez, este seu entendimento, do momento político e orçamental, que está a apreciação.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que concorda como Senhor Deputado Luís Carvalho, quando este diz que o PSD, apesar de ter ganho as eleições, mantêm os velhos hábitos. Os resultados são de tal maneira expressivos, que a população não quer mudar o projecto de mudança que iniciaram. Existe um receio, objectivo, de que Óbidos volte para trás. Depois do Senhor Deputado Luís Carvalho ter dito mal e ter dito que a Câmara Municipal não fez nada, não sabe onde gastaram vinte e tal milhões de euros em dois mil e nove. Está todo no Concelho de Óbidos. Está todo a ser investido. Está a beneficiar pessoas. Está a fazer este Concelho andar para a frente. Há coisas que são prioritárias, e que avançam primeiro. As que

não são tão prioritárias caminham para anos seguintes. Depois existem as outras situações, em que estão dependentes de candidatura, mas tecnicamente podem abrir e colocar a rubrica no orçamento. Existem projectos que já estavam em dois mil e oito, continuaram em dois mil e nove, estão na proposta para dois mil e dez e ainda não sabem se as candidaturas são aprovadas, porque existem atrasos nas deliberações do QREN. Têm que obrigatoriamente prever as obras. Quis criar a ideia que a Câmara Municipal repete coisas no orçamento e que não executam nada. Não é verdade. Não é assim que as coisas devem ser lidas e tratadas. Cada coisa mereceria uma discussão séria, aprofundada e não tentarem mandar com estas coisas pelo ar. Se esta equipa tem produzido tanto, porque haveriam de mudar. O PS mudou a equipa e foi rejeitada. Teve menos apoios quatro anos depois. Não cresceu, mingou, diminuiu. O PSD está na mesma e o PS também está na mesma, porque dizem que nada se executa, nada presta e que o orçamento não tem valor nenhum. O Senhor Deputado disse no fim, que se calhar se vão abster, porque o PSD deu uma banhada eleitoral. Não sabe onde está a coerência. Se o orçamento é assim tão mau, não é o facto da grande esmagadora maioria ter dado ao PSD o apoio que deu na eleição, que deveria recuar, ou fazer recuar o PS.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal desejou boas festas. Estão mediante duas tipologias de orçamento. Orçamento da desgraça e o orçamento da confiança. Perguntava a si próprio, se o dia, do juízo da avaliação de onze de Outubro, não serviu para todos pensarem sobre esse resultado, e o que as pessoas ajuizaram do trabalho que foi feito. O Senhor Deputado Luís Carvalho, na sua fase final, deu a sua mão à palmatória e acabou por salvar a face. Existe um outro tipo de discussão que não aceita. Quando se recorre à desonestidade intelectual para tentarmos reverter as coisas a nosso favor, que é um bocadinho o timbre do Senhor Deputado, tem que fazer prova disso. Quando o Senhor Deputado diz que estão a perder sete milhões e há quase uma triplicação dos impostos, deixa uma nuvem no ar, que vão mexer na tabela de taxas e vão aumentar três vezes mais. Não é verdade, mas é conveniente lançar essa bisca. Depois vem dizer que a Câmara está a ser demasiado optimista e que com a história do n mais dois, vão cobrar, ou vão reflectir a inflação na arrecadação de impostos em dois mil e dez e dois mil e onze. O Senhor Deputado sabe que não está a falar a verdade, mas insiste. As regras do Pocal dizem que a Câmara Municipal têm que fazer a regra aritmética dos últimos vinte e quatro meses. Não vale a pena assustar as pessoas com falsos argumentos. O Senhor Deputado disse que as Juntas de Freguesia têm, neste orçamento, cerca de meio milhão de euros, pelo que vêm goradas as suas expectativas, porque em dois mil e nove tiveram um, vírgula, um milhões de euros. Sabe que não está a falar verdade. Quando aprovou o orçamento em dois mil e oito para dois mil e nove, aprovou cerca de setecentos mil euros. Muito diferente de um, vírgula, um. Relativamente às empresas municipais, do lado da receita, que está nos orçamentos das respectivas empresas, a rubrica com contratos programa perfazem um total de um milhão e duzentos e setenta mil euros. Nestas coisas não basta ser, tem que se parecer. Disse que a Câmara não fez nada. Prometeram o Museu das Guerras Peninsulares, o Grande Auditório, a Eco-Vila, uma série de coisas, sendo a execução zero. O Senhor Deputado sabe que para lançarem empreitadas e para fazerem candidaturas, para terem os níveis de ponderação máximos, ao nível da maturidade da candidatura, é preciso adjudicar, ou é preciso, pelo menos, abrir o procedimento. Não se pode fazer isto sem ter cabimento, sem ter verba no orçamento.

Para chegarem aqui, foi preciso ter, em dois mil e oito, a determinação, apesar da crise, de fazer um orçamento de quarenta e dois milhões de euros. Contra os tempos, que não eram favoráveis, mas em nome do Concelho, foi o que fizeram. O Senhor Deputado falou de muitas coisas deste orçamento, inclusive da nota introdutória. Mal fosse que em termos estratégicos, em termos de linhas, o de dois mil e nove fosse diferente do de dois mil e dez. Isso significaria que agora mudavam o rumo de desenvolvimento do Concelho. Tem pena que o Senhor Deputado nem uma linha tenha dito, sobre aquilo que foi a estratégia deste Município na arrecadação de fundos Feder. Não falou que neste orçamento está reflectido cerca de dezoito milhões de euros da alienação de bens de investimento. Estas coisas devem ter uma discussão séria e não podem ter uma discussão da especialidade, mas muito desarticulada, sem nexos, como acabamos de assistir. Temos é que reflectir naquilo que as pessoas lhes quiseram dizer no dia onze de Outubro do corrente ano.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que nos termos do número três, do artigo cinco, da Lei número vinte e quatro, barra, noventa e oito, de vinte e seis de Maio, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividades. Ou seja, a Câmara Municipal de Óbidos tinha o dever e obrigação legal de ouvir o PCP sobre as propostas de orçamento e plano de actividades, o que não fez, incorrendo, por isso, no incumprimento de uma formalidade legal. E não fará sentido vir, eventualmente, argumentar-se que o PCP poderá pronunciar-se agora, em plena Assembleia Municipal, porquanto como decorre da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, conjugado com o número seis, do mesmo artigo cinquenta e três, a Assembleia Municipal não pode alterar as propostas da Câmara Municipal em matéria de Plano e Orçamento. Por isso, a ocasião adequada para ouvir o PCP, sobre o Plano de Actividades e o Orçamento para dois mil e dez, era antes de o mesmo ter sido aprovado pelo Executivo Camarário. Outro não pode ser o entendimento da Lei sobre o direito de ser ouvidos, antes e não depois da aprovação pela Câmara Municipal. Mas, não admira este procedimento ilegal, porquanto o Município de Óbidos, ao que parece, tem legislação própria, isto é desrespeita a legislação dimanada dos Órgãos de Soberania da República, neste caso, da Assembleia da República, fazendo dela tábua rasa. No que concerne às Opções do Plano e Orçamento, relativos a dois mil e dez, sublinhamos o seguinte: A não consulta decorrente do incumprimento do número três, do artigo cinco, da Lei número vinte e quatro, barra, noventa e oito, de vinte e seis de Maio, o escasso tempo disponibilizado para uma análise aprofundada dos documentos fornecidos, a pressa, do nosso ponto de vista, injustificada para a sua apreciação, discussão e votação, leva-nos a tecer algumas considerações, mitigadas certamente. Não obstante estes condicionalismos não queremos deixar de dar o nosso contributo. Assim, relativamente às Opções do Plano mais parece o decalque dos planos apresentados em anos anteriores. Em muitos casos não passa de um mero plano de intenções, revelador das enormes carências existentes no Município, para as quais a falta de resposta é por demais evidente. No que concerne ao Plano de Actividades dois mil e dez importa sublinhar a continua falta de resposta aos graves problemas ambientais existentes no Concelho, nomeadamente no que diz respeito à rede de saneamento. À parte a propaganda feita pela administração municipal, a verdade é que

continuam a existir algumas freguesias do Concelho com habitações sem acesso à rede de esgotos e, infelizmente, não se verifica a intenção de resolver esta grave situação. Por outro lado, é inaceitável, que se pretenda institucionalizar Óbidos, como um Concelho moderno e pioneiro em tanta coisa que nós não conhecemos, e por outro, se verifique a existência de uma rede de esgotos mistos e não separados – rede de esgotos domésticos e rede de esgotos pluviais – como devia ser e é obrigatório. É como diz o ditado: “Calças novas e lavadas e cuecas sujas”. Outro exemplo e não de menor gravidade. A qualidade dos materiais (tubagem) das redes de abastecimento de água. Continuam a ser utilizadas nas redes materiais de elevada perigosidade para a saúde pública, como canalizações em fibrocimento (que integram amianto), nomeadamente na Vila de Óbidos, no Olho Marinho ou nas Gaeiras. A nota introdutória dos documentos previsionais dois mil e dez, assegura que também os serviços de base da Autarquia, como as redes de distribuição de água e saneamento e a rede viária, embora sem financiamento comunitário ou da administração central, serão garantidos aos Municípios. Pergunta-se: Onde, quando, como, com que recursos. É com as verbas previstas em construções diversas, no orçamento dois mil e dez, de meia dúzia de tostões, que se resolvem os graves problemas existentes nas redes de distribuição de água e saneamento. Ou estes documentos vêm apenas à Assembleia Municipal para serem aprovados, porque a maioria absoluta do PSD assim o garante. Ainda na mesma nota introdutória, fala-se na promoção de investimentos de alta qualidade e na conseqüente criação de emprego. Qual o contributo para a diminuição do desemprego no Concelho de Óbidos. Tendo em conta a ideia geral defendida na dita nota introdutória de que estamos em presença do Concelho das maravilhas, valerá a pena perguntar se o Banco Alimentar Contra a Fome já deixou de ter actividade neste Concelho. Ao que sabemos não. Pelo contrário, até já alargou as suas instalações para dar resposta às solicitações que tem. No respeitante ao Orçamento dois mil e dez importa sublinhar entre outras, as seguintes questões. Em primeiro lugar, duvidamos da consistência dos valores apresentados sobretudo no que diz respeito às receitas, porquanto ao contrário do que é afirmado e dado por adquirido em receitas de capital alicerçadas nas vendas de imóveis, lotes, terrenos urbanos urbanizáveis e a reordenar a sua classificação, não só não é garantido que se vendam os imóveis, os lotes e os terrenos urbanos, como não está à partida garantida a alteração da classificação dos terrenos urbanizáveis. E aqui é bom lembrar que a receita estimada em quase sete milhões de euros, proveniente da venda de terrenos, corresponde a trinta e três por cento do total das receitas de capital e que um eventual erro nestas previsões, representará um rude golpe para o normal funcionamento da Autarquia. Porém, se o total das receitas de capital, estimado em vinte milhões e oitocentos mil euros, retirarmos as receitas provenientes da Administração Central e da União Europeia, no valor de nove milhões e seiscentos mil euros e do empréstimo para pagar as obras das Escolas do Alvito e do Furadouro, o que fica. O recurso a um novo empréstimo para fazer algumas obras ou só festas e foguetes. Importa ainda sublinhar a propósito da Óbidos Requalifica, para onde se prevê que o Município venha a transferir mais de duzentos e trinta e dois mil euros, se não for atingido o objectivo de vender os nove lotes, no valor de setecentos mil euros e se não vierem, no quarto trimestre, os duzentos e setenta mil euros dos fundos comunitários, como vai ser. O que sabemos a este propósito é que só em comunicações da Administração, Direcção e respectivos encargos sociais, irão ser dispendidos na Óbidos

Requalifica cerca de cento e trinta mil euros. Quanto à Óbidos Patrimonium também algumas considerações. O documento distribuído não informa sobre os gastos com a Administração e a Direcção, diferentemente do que é feito na informação prestada pela Óbidos Requalifica. Mas dá conta que os custos com pessoal rondam os setecentos e sessenta e quatro mil euros, ou seja, oitenta e um, vírgula, quatro por cento do subsídio atribuído pelo Município, que é de novecentos e trinta e nove mil euros. Em outros eventos culturais, não discriminando quais são, prevêem-se custos na ordem dos duzentos e onze mil euros e um elevadíssimo subsídio municipal de cento e oitenta e um mil euros. Em honorários, custos na ordem dos novecentos mil euros. Em trabalhos específicos, quinhentos e setenta mil euros e finalmente em deslocações e estadias, cento e quarenta e cinco mil euros. Relativamente às duas empresas municipais, o Fiscal Único dá, curiosamente, o mesmo parecer, do qual destacamos o ponto sete. “Devemos advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes”. Isto é, os contribuintes pagam bem estas actividades, incluindo os seus administradores e directores, e têm o privilégio de uma vez por outra ter acesso a uma ou outra iniciativa, sem pagar bilhete de ingresso. Relativamente a estas empresas municipais defendemos, como boa medida, a extinção das mesmas e a integração das suas atribuições na estrutura municipal, criando para o efeito direcções ou divisões, com os mesmos funcionários. Com isto, poupava-se nos gastos com os Administradores e os Directores. E num Município dos mais pequenos do país, não nos digam que a estrutura municipal já é bastante pesada. Quanto às receitas correntes, o orçamento não esclarece sobre o que significam. Rendas – Outros – oitocentos mil euros. Administração Central – Outros – um milhão duzentos e cinquenta mil euros. Rendas – Outros – quatrocentos mil euros. No tocante às despesas correntes. Aquisição de bens e serviços – Outros – trezentos e setenta e oito mil duzentos e oitenta e nove euros e oito cêntimos. Outros bens – trezentos e setenta e quatro mil cento e dezanove euros e sessenta cêntimos. Outros serviços – novecentos e vinte e cinco mil e quarenta e sete euros e quatro cêntimos. E por aí fora. Do que se trata. Os Senhores Deputados que vão votar este orçamento sabem do que se trata. Talvez o Senhor Presidente da Câmara Municipal saiba explicar. Relativamente aos documentos apresentados, parece-nos faltar o mapa de pessoal para dois mil e dez, documento de gestão que deveria estar anexo aos mesmos e que deveria ser igualmente alvo de apreciação por esta Assembleia Municipal. Referimos apenas algumas das discordâncias e dúvidas que temos sobre as Propostas de Orçamento e Plano de Actividades, que coerente e justificadamente iremos votar contra. Todavia e não obstante a falta de respeito pela Lei número vinte e quatro, barra, noventa e oito, de vinte e seis de Maio, e subsequentemente pelo PCP, manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, estamos disponíveis, se esta anomalia for corrigida, para dar o nosso contributo, com propostas concretas, a fim de virem a ser contempladas, ou não, nas primeiras revisões do Plano de Actividades e do Orçamento para dois mil e dez. Tenho dito.-----

--- O Senhor Deputado Fernando Silva desejou umas boas festas a todos. Disse que o orçamento e o plano de actividades são dois documentos muito importantes na definição política e financeira do Município. Estes dois documentos vão consolidar uma estratégia que foi delineada a partir de dois mil e cinco. Essa estratégia é no sentido de dotar Óbidos de um projecto

educativo capaz, para responder às grandes necessidades que hoje em dia a sociedade moderna exige, a competitividade, a qualidade e a excelência. Neste campo referiu, fundamentalmente, um aspecto importante. Cerca de quarenta e três por cento do investimento do Município é necessariamente aplicado na educação, mais de doze milhões de euros. É significativo e, naturalmente, se reflecte em meios que vão proporcionar esse projecto educativo. Os dois novos complexos escolares, conjuntamente com o complexo escolar dos Arcos e com as obras de remodelação e de alteração profunda da Josefa de Óbidos, e aqui referiu que o financiamento por parte do Ministério da Educação não é suficiente, comparticipando o Município com uma parte importante nas obras, vão, naturalmente, dotar Óbidos de um projecto educativo capaz de responder às necessidades e que são importantes para a população. Para além de verem os números, as percentagens, importa para todos, aquilo que foi reflectido na votação que houve em onze de Outubro, e que foi, necessariamente, que a educação devia continuar a ser uma meta importante deste Município, para atingir as finalidades a que se propuseram. Na sequência de todo este plano traçado, ele vai ser alcançado muito antes de qualquer outro Município e muito antes da data de dois mil e treze, que seria a data limite para alcançar esse objectivo. Hoje, ao aprovar este orçamento e este plano de actividades, quer anual, quer plurianual, estão a fazer história para o Concelho a nível da educação. Estão a aprovar um documento que vai ficar na história, e que consagra já os equipamentos educativos que vão dar a Óbidos uma projecção regional, se não nacional, a este nível. O seu voto é nesse sentido. O voto do PSD, com certeza, é nesse sentido. Pensa que o voto de todos os Obidenses deve ser nesse sentido. A educação é uma meta, é um conteúdo essencial no Concelho e ela está reflectida com mais de vinte por cento deste orçamento. A educação deve ultrapassar as questões políticas que os possam dividir, do ponto de vista das ideias e da ideologia. Ela está acima de todos, acima de tudo. É acima de tudo, para os nossos jovens, as nossas crianças e também para os nossos adultos. Dois mil alunos que neste momento beneficiam dela. É um resultado inquestionável. Reflectam, pensem e votem, tendo como meta este objectivo. Uma educação de qualidade e de excelência. Estão a caminho dela.-----

--- O Senhor Deputado Luís Oliveira desejou umas boas festas a todos. Destacou o papel que esta Câmara Municipal tem tido ao nível da educação, mais especificamente, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular. Tem dedicado algum tempo à investigação no âmbito das AEC, e em dois mil e oito publicou um relatório sobre a implementação destas actividades no Concelho de Caldas da Rainha. Dessa publicação resultaram algumas recomendações, para que estas actividades funcionassem melhor, de forma mais criativa, mais inovador. Mais tarde fez uma análise da forma como elas estão a funcionar em Óbidos e, para seu espanto, pela positiva, percebeu que muito do conteúdo de cada uma daquelas recomendações, que tinha para Caldas da Rainha e para o País, já era preconizada pela Câmara Municipal de Óbidos. É com grande honra que faz parte desta equipa, para melhorar a educação em Óbidos. O nosso Governo lançou este programa para as nossas escolas, mas esqueceu-se, por exemplo, de incluir as crianças com necessidades educativas especiais. As crianças em vez de serem incluídas nestas actividades, eram segregados, muitas delas não se inscreviam. Óbidos, neste momento, tem um projecto para integrar essas crianças. Tem apoio para essas crianças. Estão a iniciar algumas actividades que vão nesse sentido. Integrar estas crianças que o nosso Governo acabou por

desprezar. Existem outras actividades que são fundamentais e que Óbidos está a apostar também muito, viradas para a educação, que têm a ver com a criação de postos de trabalho. Óbidos assinou um contrato de execução com o Ministério da Educação para incluir pessoal auxiliar, animadores, mesmo que o orçamento que vem do Ministério da Educação não cubra esses gastos. Óbidos fez uma aposta clara. Criou postos de trabalho e foi mais longe, neste momento tem um programa de formação dessas pessoas, ou seja, não querem que as escolas de Óbidos sejam apenas lugares para tomar conta de crianças. Estão a dar formação de qualidade aos técnicos, aos animadores, para que realmente a educação produza aprendizagem para as nossas crianças. Seja um espaço em que elas retirem algo gozo, mas que façam boas aprendizagens.-----

--- A Senhora Deputada Sílvia Saramago desejou as boas festas a todos. Disse que o novo ano, do ponto de vista das grandes opções do plano, é premiado por um peso de cerca de sessenta e quatro por cento, atribuído às funções sociais. Este é de facto um vector que não pode deixar de ser salientado, porque encerra nele, toda a grande e forte aposta que este Executivo Municipal faz, no aumento do bem estar e da coesão social dos habitantes do território de Óbidos. É esta a grande discussão que devia ser salientada, pela clara mensagem que o Executivo transmite à população e onde diz que, efectivamente, em primeiro lugar se preocupa com as pessoas. Poderia dizer que um subtítulo para estas opções do plano, podia ser “prioridade as pessoas”. É de facto das pessoas que se trata aqui e não de alguma argumentação política, mais ou menos, gratuita, para tentar desarmar uma equipa que tem dado mais do que provas de que tem um objectivo, sabe muito bem para onde quer ir e põe em primeiro lugar as pessoas, cuja tradução directa do seu trabalho é uma forte atractividade social do território de Óbidos. É cada vez mais difícil argumentar contra a ideia de que em Óbidos se vive cada vez melhor desde dois mil e dois. Nem sequer é preciso falar dos vinte e sete programas sociais que existem em funcionamento actualmente. Basta apenas falar de um indicador, que estatisticamente é muito utilizado, que é a taxa de cobertura, para se verificar que em Óbidos, as taxas de cobertura de valências, como a creche, o serviço de apoio domiciliário, o internamento, são muitíssimos superiores à média das taxas que são registadas no Distrito de Leiria. Isto é a estatística a corroborar um trabalho que este Executivo Municipal faz desde dois mil e dois, e tem deixado marcas evidentes no terreno. Não podia deixar de fazer alguma menção à questão da habitação social, e ao modelo que o Município de Óbidos tem adoptado para proceder aos realojamentos. Tem sido feito muito, sob a tónica de que realojar também se faz com bom gosto e se faz, sobretudo, com muita dignidade. Não podia deixar de fazer um comentário a determinada parte da intervenção do Senhor Deputado Luís Carvalho. Registou alguma teatralidade na repetição da expressão, execução zero. Contrapôs essa execução zero a outra expressão, que é, memória zero. Foi referido, nesta mesma sala, na última Assembleia Municipal, antes das eleições, que a unidade habitacional da Amoreira estava pronta para receber os seis agregados familiares a que se destina, mas que esse realojamento estava agendado para depois das eleições, porque o Executivo Municipal entendia que não deveria fazer campanha eleitoral, com questões de integração social. O Senhor Deputado vem dizer execução zero, o que não é verdade. Sabe que não é verdade, mas encobre. Para o público menos atento, esses argumentos até podem passar, mas é importante repor alguma verdade. Disse ao Senhor Deputado Custódio Santos que todos os membros da Assembleia dispensam as referências à higiene da roupa interior.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que o que lhe interessa, e está expresso no que os Deputados do PSD acabaram de dizer, nas suas intervenções, é a visão política que este orçamento trás, a visão política que esta Câmara Municipal tem reportado nos documentos que apresenta. Não são visões acessórias e percebe que a oposição insista nesses pontos. Entristece-o, e nem sequer acha que estrategicamente seja inteligente, tendo-se visto os frutos nas anteriores eleições. Verificaram-se várias intervenções do PSD, onde se fala, efectivamente, das pessoas que vão sentir este orçamento. Por outro lado, têm outras intervenções, em que à falhas de memória propositadas. Deste lado existe uma preocupação na visão política, um apoio na visão política, que este orçamento tem. Ao analisarem este orçamento e ao verem os pesos que as despesas, nas suas áreas, têm, verifica-se a intenção deste Município no apoio às funções sociais e às funções económicas. Existe um conjunto de obras que não só estão a ser executadas, como estão previstas, como se vão fazer. Estar a dizer que não estão executadas, ou que vêm noutros orçamentos, não lhe parece de todo correcto, porque o que lhe interessa, e aí o Senhor Deputado Luís Carvalho disse-o e bem, é saber que rumo, qual a aplicação dos valores que são entregues ao Município e como ele é executado. Muitas vezes, durante o ano, existem circunstâncias, não só dos fundos, como da execução das obras, como das prioridades, que levam a que determinadas obras tenham que ser passadas, umas à frente, outras paradas, por um conjunto de situações que têm sido, exaustivamente, explicadas pelo Senhor Presidente da Câmara, quando lhe é colocada a questão. Têm obras, como as escolas e o complexo logístico municipal. Isto não se pode escamotear, são obras que estão a ser feitas. Como os apoios nas estradas e nos caminhos rurais. Como um conjunto de obras que têm sido feitas na reconversão de jardins e de escolas. São obras que estão a ser feitas. O Senhor Deputado Luís Carvalho diz-se extremamente optimista, como se fosse um defeito. Não vê como um defeito, vê como uma grande virtude. Registou a colagem que fez aos cidadãos de Óbidos. Fez todo um discurso a denegrir este orçamento, a denegrir estas opções, a denegrir estas políticas e depois cola aos cidadãos, como se tivessem todos umas vendas, e vinham cá uns iluminados para dizer que estavam todos enganados e o caminho era este. Sobre o que disse o Senhor Deputado Custódio Santos, afirmou que houve um conjunto de generalidades e um conjunto de ideias e de frases, que são colocadas, que não merecem comentários, à excepção de duas. Chamar a estes documentos planos de intenções, é não ver o que tem sido feito. Acha grave e não é uma verdade. Quando se refere que esta Câmara Municipal nada tem feito pelo desemprego, o que é que é tudo isto que tem sido feito. Não é correcto, não é justo, não é respeitoso para outras pessoas que estão na Assembleia Municipal, vir para a mesma dizer um conjunto de generalidades, em nome de quem quer que seja, quando não correspondem na totalidade à verdade. É uma perda de tempo para quem as diz, é uma perda de tempo para quem as tem que refutar e é uma perda de tempo para as pessoas, porque não se está a discutir aquilo que, efectivamente, é determinante. Neste orçamento, das intervenções dos outros partidos, onde é que está uma área, algo onde seja necessário, e esta Câmara Municipal se tenha esquecido.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que já várias vezes, quer pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, são utilizadas umas expressões relativamente à sua pessoa. Ao longo destes anos, várias pessoas, que estão presentes nesta Assembleia Municipal, já os conhecem relativamente bem, quer a si, quer ao Senhor

Vereador Humberto Marques. Fica sempre, quando essas expressões são usadas, na dúvida do que é que as pessoas que os conhecem aos dois pensam, quando ouvem o Senhor Vereador dirigir-se à sua pessoa invocando as questões de desonestidade intelectual e de referir umas biscas. Relativamente a essas duas expressões fica por aqui. Quando o Senhor Vereador Humberto Marques utiliza expressões um pouco mais felizes, como o Senhor Deputado Luís Carvalho ter de expressar toda a verdade, quando olha para o documento orçamental, diria que dentro de pouco tempo se vai ver, aquilo que à, sensivelmente, um ano, foi anunciado, dos quarenta e dois milhões no orçamento de dois mil e nove, apesar das notícias trazidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que são positivas. Há uma coisa que, das palavras do Presidente da Câmara Municipal, conhecendo, certamente, melhor a execução à data de hoje, do que o Senhor Deputado, não fez, foi dizer um número relativamente à execução. Admite que ainda não são valores finais e é por isso que tem algum tempo até ao fecho das contas, para depois serem apreciadas pela Assembleia Municipal. Relativamente a biscas, a desonestidade intelectual e relativamente a toda a verdade, quanto ao orçamento de dois mil e nove, se tiver saúde, cá estará, quanto ao orçamento de dois mil e dez, sensivelmente em Fevereiro do ano seguinte, para depois ver quem é que mandou umas biscas, quem é que tem desonestidade intelectual. Não falta muito tempo para terem oportunidade de verificar o que é que os números lhes trazem. Pediu ao Senhor Vereador Humberto Marques que, relativamente a dois documentos que estão em apreciação, que é o plano plurianual de dois mil e nove, tal e qual foi apresentado à Assembleia Municipal, quer relativamente ao documento para dois mil e dez, que é apresentado à Assembleia Municipal, o desminta. Que em dois mil e nove, para as delegações de competências para as Juntas de Freguesia, estavam previstos seiscentos e cinquenta e nove mil euros e estão previstos para dois mil e dez quinhentos mil euros e que, relativamente às empresas municipais, estavam previstos em dois mil e nove, um, vírgula, três milhões de euros, sensivelmente, e estão previstos para dois mil e dez, um, vírgula, cinco milhões de euros. Quando fez uma intervenção sobre a questão das Juntas e das empresas municipais, fez uma intervenção política, apoiada nos números que o Executivo transmitiu. Sobre a intervenção da Senhora Deputada Sílvia Saramago disse que foi injusto na sua apreciação e agradece a nota que a Senhora Deputada teve a oportunidade de referir. De facto a execução, relativamente à habitação social, não foi zero. Aquilo que estava efectivamente previsto no orçamento de dois mil e nove, era, sensivelmente, um milhão de euros, para construção de habitação social e para recuperação de habitação social. Relativamente à construção de habitação social estão executados, até dia um de Outubro, noventa e sete mil euros. Não é, de facto, correcto, aquilo que disse. Agradece a forma como se referiu à injustiça da sua apreciação. Não é execução zero. É uma execução apenas de dez por cento do que estava previsto. Continua a ser criticável. Sobre a intervenção do Senhor Deputado José Capinha disse que entram sempre na velha questão sobre o optimismo e o pessimismo. Concorde que ser optimista não é um defeito, é uma virtude. As intervenções que têm sido feitas pelo Grupo Municipal do PS não devem ser vistas, necessariamente, como pessimistas. Acha que, que o Senhor Deputado, terá que concordar que o realismo não é também defeito, é também uma boa virtude.-----
--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que estava à espera que fosse dado o valor da execução de dois mil e nove, dado que o ano está praticamente concluído. Estamos no dia vinte

e oito de Dezembro, era espectável, visto que é o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal. Nem sempre as receitas de execução orçamental aumentaram em Óbidos, desde dois mil e dois. Concretamente, sobre o orçamento, existe uma questão que é importante perceber. O documento em si, é um documento técnico. É legítimo colocar questões técnicas sobre as rubricas que são apresentadas no orçamento. As opções são feitas pelo Executivo e por quem as aprova, posteriormente, em Assembleia Municipal, que fica, obviamente, vinculado a essas opções e a essas decisões. Comentava o Senhor Deputado José Capinha que não faltava nada. Tem razão, dispara-se em todos os lados, define-se tudo e mais alguma coisa, havendo pouca coisa que fique por contemplar. O que podem discutir são opções. Porque é que põem nesta rubrica e não escolhem outra. Duas deviam ter atenção do Executivo. Uma tem a ver com o plano da praia do Bom Sucesso, em que é prevista uma dotação, mas depois é preciso definir. É importante porque tem a ver com a questão estratégica, da maneira como Óbidos e o Concelho vai ficar no futuro, e correm o risco de isto ser um Algarve. A outra refere-se ao aqueduto, que desapareceu. Era uma rubrica que estava em dois mil e nove, para conservação e restauro, e em dois mil e dez desaparece. Queria entender qual era a decisão. É referido o valor de dezoito milhões de euros para alvarás de dois empreendimentos, Falésias D'El Rey e Plaza Oeste. Gostava de saber qual era o valor esperado para cada um deles. Aumento da rubrica de comunicação, que tem uma atribuição de quarenta e cinco mil euros, suplementar e que, praticamente, duplica o valor do ano anterior. Perguntou se vão voltar a ter a revista Rio. Se voltar a aparecer, que fosse contemplada uma página para a oposição.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as suas intervenções são feitas de acordo com as perguntas que lhe forem feitas. Quando os Senhores Deputados fazem comentários e observações de natureza política, que são legítimas, reserva-se ao direito de não fazer comentários, mas não quer que isso seja mal entendido por nenhum dos intervenientes. Sobre a rubrica do plano de praia do Bom Sucesso disse que é uma das empreitadas, uma das iniciativas, que está dependente de uma candidatura que foi apresentada ao QREN. A dotação que está prevista no orçamento, tem que estar obrigatoriamente, mas está dependente da aprovação da candidatura. Sobre o aqueduto, há uma questão prévia, que não foi posta. Nunca ninguém perguntou porque é que a Câmara Municipal agora é responsável pelo aqueduto, ou se passou a ser responsável, depois de o PSD assumir a gestão municipal. Nunca ouviu ninguém dirigir-se à Câmara Municipal, a não ser nos últimos tempos, como se o Município de Óbidos fosse o responsável por um imóvel que é património do Estado. A partir do momento em que o Igespar continua sem fazer o acordo que prometeu, de avançar com uma candidatura para a sua recuperação, ao QREN, não faz sentido inscreve-lo num instrumento, sobre o qual, nem sequer juridicamente, têm possibilidade de ser danos da obra, se não tiverem isso protocolado. O Igespar tem deixado a porta aberta, mas não concretiza nada. Até aqui o Município tem sido o único e fez intervenções de limpeza e de abertura de caminhos, até para se perceber o estado de toda aquela zona. É pena que em Óbidos não haja ninguém a juntar-se à Câmara Municipal, para fazer pressão, para que a Administração Central faça aquilo que é sua obrigação fazer, e se esteja apenas a fazer política disso para atacar a Câmara Municipal, o que lamenta. O que é espectável, são as receitas que decorrem das fórmulas aplicadas dos regulamentos municipais em relação aos empreendimentos, e elas só podem ser calculadas quando são requeridas, quando são

submetidas ao Município. Em bom rigor, fazem uma provisão, mas o requerente é que torna isso possível, se incluir a totalidade da área ou dos direitos que lhe são atribuídos em sede da aprovação dos projectos. A Falésia de D'El-Rey, no momento em que for emitido o alvará, será possivelmente o maior, o alvará mais valioso, por ser o empreendimento maior, em termos de intervenção, que têm no Concelho de Óbidos. Não consegue dizer exactamente, mas as provisões apontam para esses montantes, juntando os dois empreendimentos. O empreendimento Royal Óbidos já levantou o alvará. Faz um pagamento em prestações. Sobre a revista Rio, disse que foram acusados durante o ano inteiro por usarem um instrumento de comunicação para fazer campanha eleitoral, com os dinheiros da Câmara Municipal. Foi suspenso em Janeiro. Ainda não saiu um único número durante o ano de dois mil e nove. Agora, como não saiu, estão a ser atacados por uma pessoa do mesmo partido que os tem atacado e que escreveu isso, publicamente, em campanha eleitoral, exactamente, porque é que ainda não saiu. Teve quase para usar aquilo que alguns colegas seus, que até integraram a comissão de honra do Senhor Vereador José Machado, fizeram, que é, sempre que forem atacados em matéria da Rio, usavam a argumentação de membros da sua comissão de candidatura quando foram atacados do mesmo. Em Óbidos suspenderam. Essas pessoas não suspenderam. Às vezes tomam decisões que estão na alçada do vale tudo, do ponto de vista da política. Não vale a pena dar grande resposta em relação a isso. É como a história dos direitos e dos estatutos da oposição. Disse, na tomada de posse, que estavam abertos a receber todo o tipo de propostas, todo o tipo de colaborações. Queriam fazer um mandato construtivo, que todas as pessoas olhassem para os resultados. Queria, inclusivamente, e vai pedir aos serviços para contactarem as estruturas nacionais dos partidos que têm representações. Não conhecem se existem estruturas locais, ou se não existem, do ponto de vista oficial. Não sabem quem são. Se houve eleições internas, ou não, se os órgãos estão constituídos e a quem dirigem a correspondência. Não existe a preocupação de informarem a Câmara Municipal para depois trabalharem conjuntamente. A Câmara Municipal é que tem que andar atrás dos eleitos, mesmo que o Presidente da Câmara Municipal se disponibilize e declare toda a abertura para as pessoas colaborarem. Teve muita pena que o PCP venha fazer esta figura, com a intervenção que fez, com um conjunto de considerações, não apresentando um contributo. Os contributos podem ser dados até à votação e se houver que mexer na proposta da Câmara Municipal, está presente o Presidente e o Executivo e podem ser alteradas as propostas. Nunca se vai esconder, atrás de questões formais, para não deixar de fazer aquilo que é o importante do ponto de vista do processo autárquico. Porque é que não foram colocadas questões concretas, no sentido de propostas construtivas, de investimentos, de medidas, de soluções. O resto vale aquilo que vale, com todo o respeito. Todos os que estão presentes, têm legitimidade para dizer aquilo que entendem, mas à Câmara Municipal e a si, interessa absorver aquilo que é positivo e aquilo que os pode ajudar a fazer melhor. O seu único interesse é tentar fazer bem, da melhor maneira possível. Certamente que vão falhar muitas vezes, vão ter erros em muitas coisas, vão prever uma coisa que depois não se faz. Têm o Senhor Deputado Luís Carvalho, para quando falharem, fazer aquelas intervenções dele, a que já estão habituados. Vão tentar descobrir onde ele vai arranjar criatividade para tentar ser inovador nos próximos quatro anos. Na primeira sessão, após o último mandato, acha que as coisas não lhe correram com aquela alegria, aquele colorido, que todos estavam à espera. Pode ser que as

coisas lhe corram melhor a seguir e que vá conseguindo algum apoio. Quando as pessoas estão na Assembleia Municipal e estão a ouvi-lo, não tem dúvidas do que estão a pensar. Para quem tem dúvidas, basta ir às estatísticas, ir aos resultados eleitorais e vê-se logo onde está a dúvida. Em matéria da proposta do orçamento existe um esforço muito grande, com muita coragem, de que é possível seguir este caminho. Não se vão esconder atrás da crise e isso é que deve ser destacado. Façam as intervenções todos que quiserem, digam o que entenderem. Vai desafiar todos, como disse na tomada de posse. Gostava de ter contributos das direcções dos partidos, para a sua tarefa, porque tem obrigação de governar, com mais, ou menos, observância das questões da oposição. Fica, desde já, uma coisa muito clara. Sempre que tiverem propostas, façam-nas. Não se escondam é atrás de que a Câmara Municipal não fez isso ou aquilo. Tenham iniciativa, que ainda é elogiada. Guardar questões só para se trazer à Assembleia Municipal, quando podem ser resolvidas até no meio da rua, quando se encontrarem. Andam aqui só para se fazer política, ou para resolver verdadeiramente os problemas das pessoas. As pessoas sabem quem está na Assembleia Municipal para fazer o Concelho andar, com toda a sua complexidade, e quem está para apanhar umas questões e retirá-las do contexto global, como acabaram de acontecer, nesta intervenção final, que são legítimas e que não deixam de ter a sua pertinência. Têm também que pensar duas vezes antes de porem algumas questões. A da revista Rio é anedótica, não pode considerar doutra maneira.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues desejou a todos um bom ano. Disse que a observação que o Senhor Deputado João Maria Lourenço não tem que ver, especificamente, com a Rio. Tem a ver com um aumento substantivo da rubrica de comunicação, que certamente quererá dizer propaganda, e dizia ele, a talho de foice, que, provavelmente, seria para fazer nascer de novo a revista Rio. Espera que toda a gente tenha percebido essa mensagem. Disse que ficou muito esperançosa com a explicação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu, que foi a sua primeira intervenção neste mandato na Assembleia Municipal. Foi uma intervenção muitíssimo democrática e que achou que era genuína. Porque é uma época de Natal, vinha muito esperançosa que esta Assembleia Municipal fosse bastante pacífica. Lamenta, profundamente, que se tenha utilizado, reiteradamente, a alusão à questão dos resultados eleitorais. Os resultados eleitorais foram o que foram. Toda a gente sabe quais foram, o PSD assumiu e o PS também os assumiu. Sabem qual é a sua posição e estão na Assembleia Municipal porque foram eleitos. Continuam a pautar os seus comportamentos pelo mais estrito rigor ético, pela mais estrita observância das regras democráticas. Exigem, portanto, também do PSD, o maior respeito por aquilo que significam na Assembleia Municipal, que são pessoas que votaram neles e representam Municípes, tal como a bancada do PSD. Falar de banhada é lamentável e triste. Por outro lado, falar de desonestidade intelectual, relativamente ao Senhor Deputado Luís Carvalho, que é, como todos sabem, um Deputado Municipal com muitas qualificações, que faz o trabalho de casa e intervenções construtivas, pondo muitas vezes o dedo na ferida, é de louvar e não de denegrir. Custou-lhe um bocadinho ver, da parte do lado de lá, da parte do Executivo Camarário e também de algumas observações por parte dos colegas Deputados Municipais, observações menos próprias, quando do lado do PS houve intervenções críticas, sem dúvida, mas é para isso que estão na Assembleia Municipal, com uma leitura global acerca do orçamento. Lamentou, mais uma vez, que o orçamento não contemple uma fatia para

o orçamento participativo, que tem sido o mate - mate do PS. O Engenheiro Machado várias vezes falou nisso, o PS também. Entende que com o aumento de receitas, que felizmente a Câmara Municipal tem tido, e com o sublinhar da intenção da democraticidade, que se devia abrir uma pequena parcela, de acordo com a Lei, para que os Municípios pudessem votar nos seus projectos. Lamentou que ainda não tivesse havido abertura para a existência de orçamento participativo. O mapa de pessoal tem a inclusão de um conjunto de pessoas que estão aqui ao abrigo dos programas ocupacionais do Centro de Emprego. Não deveriam constar do mapa de pessoal.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que por várias vezes, felicitou a Câmara Municipal, pelo seu programa, no que diz respeito às actividades de enriquecimento curricular e à política educativa. Nunca foi feito, por parte do Grupo Municipal do PS, qualquer crítica destrutiva sobre a política de educação do Município de Óbidos. Mas não pode concordar, porque, pelo menos no Centro Educativo de A dos Negros, isso não se verifica, com a intervenção do Senhor Deputado Luís Oliveira e até pensa que algumas destas situações serão do desconhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais, o Senhor Deputado disse que os alunos foram postos de parte pelo Governo. Disse que o Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, e isto tem a ver com o ponto do plano, na medida em que o Senhor Deputado disse que se estaria a investir muito na educação, aceitou para o primeiro ano, na Escola de A dos Negros, uma criança com uma cadeira de rodas adaptada, que não fala, praticamente, come por sonda, não se mexe e durante os primeiros quinze dias de aulas, a criança nem sequer tinha rampas na escola para poder circular. Aceitou uma criança, que já sabia na inscrição, quais eram as dificuldades que tinha, e não foi ao terreno preparar as condições necessárias para a criança. Depois surgiu outra questão. A criança precisa de fralda mudada e não havia na escola nenhum sítio, para de uma forma digna, a criança mudar a fralda. Arranjaram um biombo e um estratagema, com muitos estudos e muitas invenções, para a criança mudar a fralda, de uma forma não muito humana, mas mais digna. Só à duas semanas atrás é que esta criança teve uma auxiliar só para ele, porque a auxiliar que lá estava, supostamente para esta criança, estava a servir a escola toda. Uma criança destas devia ter, desde o início do ano lectivo, logo um funcionário para ela. Existe uma outra questão, que a Junta de Freguesia de A dos Negros tentou resolver, mas que não foi possível. A criança a nível cognitivo não tem qualquer tipo de problema, mas quando foi para vir à Vila Natal e às actividades da festa da natalção, a criança não tem transporte, porque os serviços da Câmara Municipal não disponibilizaram transporte, tendo a criança ficado a chorar na escola. Em A dos Negros só houve inglês em meados de Novembro, não existem manuais nem materiais pedagógicos. Este investimento que se está a fazer na educação, é muito bom e é certo, mas a educação não é só a construção de edifícios. Realçou que a nível das actividades de enriquecimento curricular, apesar de todo o investimento que a Câmara Municipal está a fazer e bem, neste momento está-se a regredir em relação a alguns municípios.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que quem colocou a recuperação do aqueduto, foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em dois mil e nove. Se não sabia que a recuperação estava dependente do Igespar é um problema da Câmara Municipal. A Câmara Municipal pode contar com o seu apoio para a recuperação do aqueduto, falando com a pessoa

responsável, fazendo pressão ou marcando uma reunião para debater o problema. A recuperação do relógio de São Tiago também foi retirada. Perguntou se num orçamento de quarenta milhões, não existem três mil e quinhentos euros para recuperar o relógio. Quando perguntou sobre os dezoito milhões, não era para saber o valor exacto, é para saber quanto está previsto para cada um dos investimentos.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o aqueduto, disse que não era ele que não sabia. O Senhor Deputado João Maria Lourenço é que parece que não sabe. Colocaram em dois mil e oito, na proposta para dois mil e nove, o aqueduto, debaixo de um compromisso, entre a Câmara Municipal e o Igespar, no sentido do mesmo fazer concorrer a obra ao QREN e do Município de Óbidos assumir a participação nacional. O Igespar só emprestava o nome. Como o Igespar nunca formalizou, achou que não deveria pôr na versão para dois mil e dez. O Senhor Secretário de Estado da Cultura conhece o assunto, porque era o antigo director do Igespar, podendo agora ter mais possibilidade de resolver o assunto. O que o Senhor Deputado João Maria Lourenço quiser fazer, no sentido de ajudar a que a Administração Central e o Governo, na área da conservação cultural, não deixe de investir, é bem-vindo, porque gostava que lhe dissesse quando foi a última vez que o Governo Central investiu na conservação em Óbidos, nem que sejam os três mil e quinhentos euros. Não tem a noção de que para isto tudo funcionar, quem paga é o Município de Óbidos. Certamente vão resolver essas questões todas e muitas outras. Andam a tentar, com empresas, recuperar muitas outras coisas. A Câmara Municipal tem estado sozinha em matéria de conservação cultural. Sobre a questão da previsão dos dezoito milhões de euros, disse que já se sabe a quantidade de pagamento do Royal de Óbidos, que são sete milhões e tal. O resto deve-se imputar à Falésia D'El-Rey. Só desses dois alvarás têm cerca de dezoito milhões de euros.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse ao Senhor Deputado José Capinha que só ouve aquilo que entende. Disse-lhe que existem cada vez mais pessoas a pedir apoio e cada vez existem mais pessoas carenciadas no Concelho. Gostava de saber que espécie de empregos é que apregoa. Porque razão é que o Município de Óbidos não cumpre as regras que o aqueduto merece. Não faz cumprir a regra dos oitenta metros de protecção do aqueduto. Ainda à pouco tempo foi feito um muro a aproximadamente cento e cinquenta centímetros com uma rede em cima. Como se pode reparar o aqueduto com aquela estrutura quase encostada ao mesmo. Porque é que na recente obra, frente ao posto médico, até foi vedado o caminho principal para o posto, onde está uma rede pregada no aqueduto. Na Usseira existe uma vivenda que tem um muro em cima do aqueduto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal certamente parou no tempo, e esqueceu-se que tem na Assembleia Municipal um Deputado do Partido Comunista, pelo que todos os problemas são tratados com ele, que foi eleito pelos Munícipes deste Concelho.-----

--- O Senhor Deputado Hélder Mesquita disse que está na Assembleia Municipal, não só como Deputado Municipal, mas também como Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, pelo que tem que dar respostas às pessoas que votaram nele. A estrada dos Covões para o Olho Marinho, no orçamento não tem dotação. Perguntou se a estrada irá avançar este ano, ou não, e para quando está prevista. A estrada que vai da Serra D'El-Rey à Praia D'El-Rey não pertence ao Concelho de Óbidos, na sua maior parte. Pensa que será a estrada com mais acidentes mortais

na região. Perguntou se havia a possibilidade de se entrar em contacto com o Município vizinho para reparar a referida estrada. Foram máquinas para a variante do Olho Marinho, fez-se alargamentos, entrou-se nas propriedades das pessoas. Perguntou se a variante vai avançar e quando. Não viu no orçamento se a estrada principal e respectivos arranjos de passeios e valetas tem dotação.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não queria ter feito nenhuma alusão aos resultados eleitorais. Respondeu a uma intervenção e excedeu-se. Não deram, de facto, nenhuma banhada eleitoral, foi um exagero da sua parte. É uma verdade infeliz. A estrada dos Covões é o caso típico de uma rubrica que está aberta, mas onde não foram canalizar nenhum tipo de despesa, na medida em que não têm a certeza de quando é que a podem fazer. Tiveram que fazer uma reprogramação do projecto. Vão precisar de ajuda dos Autarcas no sentido de fecharem os contactos com os proprietários. Depois existem as questões de concurso público. Gostava que a obra começasse ainda em dois mil e dez, mas não tem a certeza. A questão financeira está encontrada através de equilíbrio de participações dos programas turísticos. A variante ao Olho Marinho tem uma parte feita. A outra parte, quem sabe, com a ajuda do Executivo do Olho Marinho, vão tentar conseguir dar a volta a algumas situações locais e depois podem, em concreto, discutir mais em pormenor. A estrada principal é uma obra que está numa rubrica, onde estão várias estradas municipais do Concelho. Querem fazer uma bela estrada no Olho Marinho. Tem tido investimento, nomeadamente na rodovia. Todos os campos hoje têm caminhos rurais. Não se trata tanto de se fazer uma pavimentação, mas acima de tudo, de fazer uma grande requalificação urbana. Os projectos já estão num estado bastante avançado.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que o que se pediu foi para quando a revista Rio fosse novamente reeditada, que guardassem uma página para a oposição. Não se cumpriu o estatuto da oposição. É obrigatório consultar a oposição. Consultar, não é esperar que a oposição vá aparecer a levar os documentos. O Executivo tem obrigação de ouvir, de consultar a oposição. Consulta normalmente o Senhor Vereador José Machado. Esqueceram-se, paciência. A oposição deu contribuições para alterar os regulamentos das feiras e outros tais. Perguntou se se lembravam da resposta que deram na altura. Tem outra proposta para fazer, para verem se concordam com ela.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e dez e o Mapa de Pessoal, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte votos a favor, um voto contra e sete abstenções. Aprovada em minuta por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra.--

--- **PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TRANSFERÊNCIAS DE MEIOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscentos e sessenta e oito, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta do Protocolo de Delegação de Competências e Transferências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia do Concelho.-----

--- O Senhor Deputado Eduardo Silva desejou boas festas. Sublinhou a coragem de alargar o

âmbito e a duração do protocolo para o mandato, o que cria alguma estabilidade e alguma sustentabilidade aos Executivos das Juntas para poderem planear e trabalhar. Disse que atempadamente foram convocadas as Juntas para discutir e negociar, para que a participação das mesmas pudesse dar algum contributo de importância para as populações, na elaboração do protocolo. Deixou uma nota que tem a ver com o esforço para não baixar as verbas disponibilizadas em anos anteriores. Pensa que o orçamento que lhe foi distribuído é igual ao dos outros Senhores Deputados e aquilo que têm no orçamento, são, em transferências correntes, oitenta mil euros e em transferências de capital, seiscentos e trinta e cinco mil euros, o que perfaz uma quantia de setecentos e quinze mil euros, que é mais ou menos idêntica aquela que aprovaram no ano anterior, conforme ficou acordado nas negociações que tiveram com o Município. Para além desta negociação, que permite, durante quatro anos, sustentabilidade e acabar um pouco com a mendicidade. Ficou em aberto a possibilidade de ano a ano serem negociadas as obras, para poderem trabalhar e aumentar a verba a transferir, protocolada com fins específicos. Esta abertura é extraordinária. O esforço que a Câmara fez para criar condições para que as Juntas tenham condições para trabalhar minimamente e aliviar as dificuldades que possam ser sentidas pela população, em casos pontuais, é extremamente importante e de significado de alargamento de equipa, de consideração e de confiança nas Juntas de Freguesia. É de realçar isso. Todo o dinheiro que for para as Juntas de Freguesia será aplicado ao cêntimo a favor das populações. Tem a noção de que algumas não terão todas as condições, neste momento, para executar tudo aquilo que ambicionam. Vão acreditar na abertura que houve para fazer a continuidade de um trabalho de equipa a nível de materiais e outros equipamentos que têm sido cedidos. Deixou o seu reconhecimento pelo esforço e pela abertura da possibilidade de negociação ano após ano.-----

--- O Senhor Deputado Hélder Mesquita desejou as boas festas. Perguntou se, como Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, podia, ou não, participar na votação do protocolo em análise.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que neste ponto todos podem votar.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que todos os cêntimos que serão recebidos pelas Juntas, serão gastos e bem gastos nos municípios. Realçou que este ponto tem sido tónica deste Executivo, nestes últimos anos. É de saudar e de louvar. Tem visto sempre, de parte de todos os Presidentes de Junta, receptividade e participação neste ponto. É digno de registo que mais uma vez se repita isso nesta Assembleia Municipal.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que no ponto sete a delegação poderá ser denunciada a todo o tempo, por proposta fundamentada de qualquer das partes. Fundamentada é muito ambíguo. Pode-se abrir a porta para que as Juntas de Freguesia fiquem um bocado desprotegidas, porque a qualquer momento a Câmara Municipal pode decidir invocar umas razões que são fundamentadas, não são enumeradas quais, e tirar um bocado o tapete às Juntas de Freguesia. Propôs, para uma maior igualdade das partes no protocolo, que o mesmo só pudesse ser alterado por acordo entre as partes. Não bastasse que uma das partes, unilateralmente, pudesse denunciar o mesmo. As Juntas de Freguesia podem ficar um bocadinho desprotegidas.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a cláusula, ou condição, é uma condição que acompanha os protocolos desde que eles existem. O Executivo Municipal nunca denunciou nenhum protocolo, mas tecnicamente pode fazê-lo. Acha bem que o possa fazer. Não quer chegar à situação de existirem Executivos que cumprem o que está protocolado e Executivos que não cumprem o que está no protocolo e recebem. Nada como haver a possibilidade de poder ser retirado o tal tapete, para fazer com que os Executivos cumpram. Uma Junta que não executou como devia, não é tratada da mesma maneira do que uma Junta que fez tudo aquilo com que se comprometeu, e conseguiu executar. Se essa regra desaparecer, a Câmara Municipal não disciplina a relação. O resultado final tem sido bastante bom. Para que haja um equilíbrio e todos sintam que as regras e condições que o Município apresenta são respeitadas por todos, é preciso que sintam também essa responsabilidade. As Juntas têm que apresentar relatórios. Tem abertura para fazer mais coisas. Não é a Câmara Municipal a querer fazer, e haver dois ou três Executivos a assobiar para o lado. Tem que ser recíproco. Os Executivos que têm uma relação de trabalho com a sua freguesia, mostram organização, conseguem cumprir as coisas e têm ambição, têm, obviamente, condições para serem apoiadas em mais do que está no protocolo. Mantiveram a verba, apesar de terem reduzido a verba geral do orçamento. Não tocaram no orçamento das Juntas de Freguesia. O que está protocolado é o que a Junta vai fazer. Outra coisa é o que o Município faz na Freguesia. O orçamento que acabou por ser aprovado pela maioria, é um orçamento para ser realizado nas freguesias. Tratam com equilíbrio tudo aquilo que acontece no Concelho, mediante as necessidades. A criação de equipas Executivas, criadas ao longo dos anos, seja com que Executivo for, vai-se manter e até aprofundar. A Câmara Municipal tem que ver como é que os Executivos da Junta de Freguesia vão avançar no seu trabalho, nas suas condições. Se não cometem actos de gestão que as penaliza a curto prazo. Os encargos com o pessoal. É preciso fazer tudo isso com muito equilíbrio. Estão sempre num princípio de reciprocidade e de solidariedade entre Autarquias.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço perguntou se a avaliação das Freguesias é tornada pública.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que todos os actos da Administração são públicos. Todos os relatórios que as Juntas dirigem à Câmara Municipal, podem comunicá-los às Assembleias de Freguesia, ou a quem entenderem. Quem pretender ter a informação respeitante aos Executivos ou às Juntas de Freguesia, poderá solicitar à Câmara Municipal o seu envio. Só faz sentido olhar para estas questões, se partirmos do princípio que todos os actos da Administração, por questões de transparência e obrigação legal, são públicos.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que entendeu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava a falar numa avaliação de mérito das Freguesias. Isso tem a ver com o mérito de cada uma, com a decisão concreta, o tempo e o momento em que foi tomada a decisão. Deve ser publicado o relatório, não só das decisões concretas, mas também da avaliação, por parte da Câmara Municipal, a cada uma das Freguesias.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Freguesia propõe. Essas propostas têm, conforme o tipo de obra, um custo. São contratualizadas no protocolo. Se a Junta de Freguesia não executou, vai explicar porquê. Se tem dois mil metros de calcetamento para fazer e só faz quinhentos, tem que fazer os mil e quinhentos no ano seguinte. Enquanto não os fizer,

não tem, naquela rubrica, naquela área, mais nada. Estas questões não são muito burocratizadas, cheias de estatísticas, pontuações e critérios. O grande critério é a Câmara Municipal saber, no início, o que é que a Junta de Freguesia se propõe fazer e se fez, ou não. Não pode parecer que estão a distribuir dinheiros e não querem saber se os dinheiros são aplicados, ou não. É uma regra fundamental. Fazem parte do próprio relatório de gestão da Junta de Freguesia, que apresenta à respectiva Assembleia de Freguesia, a execução que fez ao abrigo do protocolo da Câmara Municipal. Logo ali existe uma divulgação e apreciação desses documentos, em sede dos órgãos da Freguesia, os quais são tornados públicos.-----

--- O Senhor Deputado Eduardo João disse que as Assembleias de Freguesia são públicas. Tudo o que mexe com dinheiros públicos tem que ser aprovado pelas Assembleias de Freguesia e afixado nos lugares públicos do costume, Tem de haver transparência e as Juntas de Freguesia não fogem a esta regra com dinheiros públicos.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Protocolo de Delegação de Competências e Transferências de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Óbidos para as Juntas de Freguesia do Concelho, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA ABC – APOIO DE BASE CRIATIVA – CONVENTO DE SÃO MIGUEL DAS GAERAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscentos e noventa e três, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento do Programa ABC – Apoio de Base à Criatividade – Convento de São Miguel das Gaeiras.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que o regulamento, no seu artigo quinto, diz que a empresa instalada celebrará um contrato. Pensa que seria muito importante dizer qual, ou ficar expresso qual o tipo de contrato, pois o artigo trigésimo quinto do regulamento diz que o mesmo entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo órgão municipal competente. Estão a falar de empresas, de pessoas e de microempresas. Pessoas que não têm grande experiência, muitas vezes, na actividade económica – empresarial e até para esclarecer essas pessoas, pensa que seria importante ficar devidamente explicitado qual o tipo de contrato que vai ser celebrado. Relativamente ao ponto décimo sexto, quando fala na questão dos seguros multi-riscos, pensa que o mesmo deveria fazer parte do próprio contrato, para protecção da Câmara Municipal e da entidade que vai gerir o próprio espaço. Muitas vezes o que acontece é obrigação de fazer o contrato e depois de feito é obrigação de fazer o seguro e este nunca mais aparece feito. Sobre o artigo vigésimo, disse que a disponibilidade de vagas tem mesmo que ser divulgada nos meios de comunicação, para que os pequenos empresários tenham um maior conhecimento das matérias e das oportunidades que Câmara Municipal acaba por oferecer.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que não foi anexado o protocolo entre a Câmara e a Associação de Municípios para cedência do edifício. Se no artigo trigésimo terceiro, retirarem o ponto número dois, vota a favor. Tem dúvidas, que o povo das Gaeiras não possa ter acesso livre ao monumento.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não percebeu a parte em que se impede o povo das Gaeiras de ter acesso ao monumento. Perguntou se o Senhor Deputado se referia ao

Convento de São Miguel e onde é que diz que o povo das Gaeiras está impedido de lá ir. O ponto dois quer dizer que a entidade que gere o espaço, se encontrar necessidade de fazer melhorias no regulamento, o pode fazer. Toda a população pode lá entrar. É um espaço que pode ser gerido pela Câmara Municipal, com todas formalidades que tem de seguir, ou é gerido por uma entidade, na qual a Câmara está e preside, que é a Obitec. Por ser uma Associação, tem outras condições para fazer a gestão e dar respostas, muitas das vezes que se querem rápidas, às empresas.-----

--- O Senhor Deputado Rui Henriques desejou boas festas. A sua intervenção deve-se à questão que foi colocada, relativamente ao tipo de contrato que estaria em causa. Essa dúvida será dissipada se atenderem à epígrafe do capítulo terceiro, que reflecte claramente que se trata de um contrato de prestação de serviços.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é essa a interpretação que a Câmara Municipal faz. É um contrato de prestação de serviços. As empresas podem estar numa situação de incubação, ou numa situação de arrendamento. Partes dos contratos diferem de uma empresa para a outra. As regras estão perfeitamente tipificadas. O que não está tem que ser gerido de uma forma flexível e com as regras do mercado.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que o que a Câmara Municipal tem feito para promover o que está estabelecido no Convento de São Miguel, é um excelente exemplo de preservação de património e seu uso, o excelente exemplo da criação de emprego, de desenvolvimento com um rumo definido e actual, do que se pretende do Concelho. Quando são confrontados com questões, claramente de índole política, têm aqui um bom exemplo do desenvolvimento que o Município tem levado no Concelho, não só na preservação, conservação e uso do património. Hoje tem um uso no Convento de São Miguel que permite emprego. O Executivo permite que empresas de uma determinada área, se implantem, cresçam e tenham condições no Concelho. O que vê de mais importante é o que está a ser levado a cabo pelo Executivo.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço perguntou pelo protocolo celebrado com a Comunidade Intermunicipal do Oeste.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Senhora Deputada Anabela Corado tinha razão no aspecto da divulgação na comunicação social. Assim, no artigo vigésimo, onde se lê “pode”, deve ler-se “deve”.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Regulamento do Programa ABC – Apoio de Base à Criatividade – Convento de São Miguel das Gaeiras, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEMOS COM A AFÇO – ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscentos e noventa e dois, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Protocolo a Estabelecer com a AFÇO – Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que gostava de ouvir, por parte do Executivo, alguma explicação acrescida sobre este protocolo. Trata-se de um protocolo com

uma Associação de Freguesias, em que se estão a passar verbas para o lado de lá, para a execução de projectos de arquitectura e de requalificação. Não percebe muito bem o sentido do protocolo. Faria mais sentido que a Óbidos Requalifica, que existe para esse fim, fizesse este tipo de projectos. Não lhe parece que a Associação de Freguesias tenha algum nohow específico para gerir isto, ou qual seja o interesse de atribuir uma verba, para eles depois, certamente, adjudicarem este tipo de trabalhos. A Associação de Freguesias não deve ter um Conselho de Administração. Imagina que deve ser uma Assembleia Geral.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a Associação de Freguesias tem meios técnicos, tem uma equipa de arquitectos, que têm feito um conjunto de projectos de requalificação urbana. Quiseram não só, dar maior responsabilidade, maiores competências às Juntas de Freguesia, mas também dar à Associação de Freguesias a capacidade e competência para desenvolverem pequenos projectos de requalificação, numa lógica de proximidade. Se eles são as Autarquias que estão mais próximas ainda, do que a Autarquia Câmara Municipal, não faria sentido terem uma estrutura de Freguesia e depois uma estrutura de segundo grau, uma Associação de Freguesias, esvaziada de qualquer competência ou poder. O pressuposto do protocolo é exactamente munir a Associação de Freguesias de capacidade de intervenção para pequenos projectos de requalificação urbana, que possam ser mais céleres, mais rápidos e que em sede de negociações, caso a caso, obra a obra, se possa fazer as respectivas obras de acordo com projectos e não de acordo com esboços ou ideias que possam existir. A qualidade do território deve ser de excelência. Devem tratar as Juntas de Freguesia com respeito e com o nível que têm hoje, exigir-lhe projectos mais técnicos. Para isso é preciso meios para fazer face a essas disposições.-----

--- O Senhor Deputado Sérgio Félix desejou boas festas. Disse que é Presidente do Conselho de Administração da AFCO. A verba reverte a favor das Freguesias. Têm sentido necessidade de ter apoio e acompanhamento nas obras que fazem, porque a Câmara Municipal não tem técnicos disponíveis. A maior parte das vezes andam todas as Freguesias no terreno, com nove ou mais obras. As nove Juntas são fundadoras da AFCO, uma das primeiras Associações do País. Precisam dos técnicos para os ajudarem nas candidaturas. A Câmara Municipal, mais uma vez apoia as Freguesias e está ao lado da Associação. Com projectos credíveis as Juntas podem obter mais verbas.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos solicitou documentação acerca do funcionamento da Associação. Gostava de saber se havia remunerações no Conselho de Administração.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que devia pedir à Associação de Freguesias a documentação. A Câmara Municipal não vai responder à questão, porque iria extravasar o respeito pelas instituições. A Câmara Municipal à muito, em tudo o que coloca dinheiros públicos, exige relatórios de actividade, relatórios de execução e prestação de contas. Faz parte da Lei. A Associação de Freguesias não é excepção.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues reiterou o que disse anteriormente. Disse que para o PS, tudo quanto seja a favor das Juntas de Freguesia, em prol das populações e num grau de maior proximidade com os munícipes, está bem e ainda bem que acontece. Não sabe se uma Junta ou uma Associação de Freguesias tem maiores competências para gerir um processo destes do que a empresa municipal Óbidos Requalifica. Foi criada para esse fim, que existe para

requalificar o património e para fazer projectos. Não percebe a necessidade desta figura ou a implementação deste tipo de estruturas. Perguntou se existem arquitectos que agora são funcionários da Associação.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que tem a ver com uma lógica de proximidade e de aumento de competências das Juntas de Freguesia. É o respeito por esta Instituição. Estas Autarquias juntaram-se, criaram uma Associação de Freguesias, precisa de competências, mas precisa de apoio para essas competências. As Juntas de Freguesia têm um papel fundamental no desenvolvimento local, na identificação e na prossecução dos trabalhos. Não podem só pedir às Juntas que executem os trabalhos e que não façam o seu papel de planeamento. Não podem exigir isto à Óbidos Requalifica, para nove Juntas, que é um trabalho contínuo, de fiscalização das próprias que estão a fazer. O município reserva-se às grandes obras, a fazer as grandes intervenções, deixando às Juntas de Freguesia estas obras de requalificação mais pequenas. Também exigem que o façam em nome da qualidade do território. Querem dotar as Freguesias de maior competência, mais responsabilidade.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou ao Senhor Deputado Sérgio Félix, como Presidente do Conselho de Administração, se os membros do mesmo Concelho recebem alguma remuneração, ou não, e quando se refere a remunerações, não se refere a vencimentos. Refere-se a senhas de presença ou ajudas de custo. Se sim, qual é o montante.-----

--- O Senhor Deputado Sérgio Félix disse que ninguém das Juntas de Freguesia recebe senhas de presença da Associação de Freguesias. Fazem isto por gosto e dedicação.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Protocolo e Estabelecer com a AFÇO – Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e seis abstenções. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APROVAÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E ÁREA DE SERVIÇO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscentos e noventa e seis, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para aprovação e eventual autorização, a Proposta de Concessão do Uso Privativo do Direito de Superfície de um Terreno Municipal para Instalação de Posto de Abastecimento de Combustíveis e Área de Serviço.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se o futuro posto de abastecimento vai ser instalado do lado do jardim ou do lado oposto e se todas as condições de segurança estão salvaguardadas, dado que fica perto da escola e da paragem de autocarros.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Sousa disse que as bombas vão ser construídas num terreno público, num sítio de lazer e que mete em causa a segurança das crianças da escola. É contra o local onde vão ser instaladas.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ambas as questões referem-se à localização. A localização é a única possível. Na documentação que foi entregue, talvez não se perceba muito bem. Estão a falar de uma pequena área, paralela à Estrada Nacional, que permite a instalação de equipamento desta natureza. Respeita todas as regras de distância a

estabelecimentos escolares. Não havia outra alternativa, considerando também aspectos, que têm a ver com a mobilidade e o acesso das pessoas. A questão levantou-se por uma necessidade de requalificação da área onde estão as antigas bombas, num projecto que intitularam Praça da Criatividade e que não é possível ser executado se não houver um outro local para instalar as bombas. É um projecto que visa arranjar toda aquela área, desde a rotunda de acesso à auto-estrada, até à Vila de Óbidos e onde se pretende, para além da requalificação dos velhos armazéns da EPAC, fazer também a construção de um edifício onde actualmente está hoje o antigo quartel dos Bombeiros, e que é um equipamento dedicado à arte contemporânea. Toda a outra intervenção visa trazer uma praça de cerca de quatro, cinco mil metros quadrados, trabalhar toda aquela área que está hoje muito loteada, muito dividida, com um espacinho verde, umas bombas no caminho de alcatrão e uma zona de estacionamento. Tudo isto está de tal maneira dividido, que se perde a noção daquele espaço. Trata-se de fazer uma área bonita, para quem chega à Vila de Óbidos e terem um espaço público onde possam acontecer variadíssimas coisas. É o único espaço que permite fazer uma coisa deste género. Esta concessão visa criar uma das primeiras concessões que se integram na rede nacional de abastecimento a veículos eléctricos. Não se trata de umas bombas, ou de uma estação de serviço. O caderno de encargos permite que os proponentes venham apresentar propostas muito inovadoras, Desde a alimentação energética de toda a estação de serviço, até às próprias funcionalidades que ali vão ter. Quanto mais inovação melhor. Um posto de abastecimento de combustível e carregamento de baterias, ou equivalente e área de serviço. Caberá ao privado, ou aos interessados, apresentarem as propostas, quanto mais carregadas de inovação tecnológica, de sustentabilidade ambiental, viradas para o futuro, melhor. Ao trocarem as velhas bombas, Óbidos tem que se apresentar com umas bombas do futuro. Querem que as mesmas permitam um bom acesso, uma boa mobilidade e uma boa interacção, quer com os equipamentos que existem na sua proximidade, seja o espaço verde, seja os equipamentos escolares. A concessão vem ao encontro de toda a filosofia de redução de emissões de CO2, do programa Óbidos Carbono Social. Devia ser um assunto de grande regozijo para a Assembleia Municipal, todo este trabalho técnico e de visão política de ordenamento e de poderem participar num projecto pioneiro e inovador, que Óbidos lança aqui.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço perguntou porque não era do outro lado da estrada.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é por razões que têm a ver com a classificação do PDM. A área tem mil e novecentos metros quadrados, e tem que ser trabalhada com parte do jardim e com a paragem de autocarros.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço deu os parabéns ao Executivo por esta iniciativa e por ter elaborado o projecto em oito, ou quinze dias. É uma aposta que o Concelho tem feito na parte das energias renováveis. Espera que corra melhor do que alguns projectos, como o Óbidos Solar. Perguntou se havia alguma indemnização a pagar ao proprietário das actuais bombas, e qual o montante da mesma. Se havia algumas entidades a serem ouvidas por causa da proximidade da escola e se já foram ouvidos, existe algum problema que se possa levantar. Se quando falou do PDM, está a falar no actual, que está em revisão e se a praça da criatividade inclui o antigo campo de futebol, hoje em dia armazém da Câmara Municipal, onde estão os carros e máquinas.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que acharam o projecto interessante, notável e alinhado com as políticas públicas nestas matérias. Estão orgulhosos que Óbidos esteja a dar um passo em frente nesta matéria, no abastecimento de energia eléctrica dos automóveis. A questão mais importante é a localização da bomba. Têm ali a escola C+S, que é feia, e vai prejudicar as vistas do castelo e as ambições que tem em vir a ser património mundial. Construir um novo equipamento naquele espaço não lhe parece razoável. Não sabe se existem alternativas. Perguntou se em A da Gorda era muito longe. Se não seria possível no Senhor da Pedra. Não se sente confortável a votar favoravelmente um equipamento com o qual concorda em absoluto, mas cuja localização é absolutamente comprometedora para os projectos que se tem para Óbidos.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não existe alternativa. Andam a elaborar este dossier desde dois mil e oito. Têm umas bombas que ocupam o espaço público. A Câmara, olhou para o contrato que tinha, de forma responsável e dialogou durante muito tempo com os interessados. Avançaram e foram acautelados os interesses do Município, Não há retirada de máquinas do antigo campo de futebol sem o complexo logístico as poder arrecadar. Não se constrói uma grande praça em Óbidos sem retirar as bombas de gasolina. Não se requalificam determinados equipamentos sem haver determinados passos para que as coisas possam acontecer. A candidatura a património mundial não fica comprometida.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não tomou nenhuma disposição sobre as opções que determinaram a construção da escola Joseja de Óbidos à vinte e tal anos. Teve alguma intervenção na mudança dos alunos das Caldas da Rainha para Óbidos. O que disse é que acha a escola feiíssima e veio piorar os acessos e as vistas do Castelo. Acha o projecto fantástico, mas a sua localização, do seu ponto de vista, é errada.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem todos os escrúpulos e todo o à-vontade para fazer o que bem entende. Usou como menina o quartel dos Bombeiros, quando entrou para a Câmara Municipal, lançando a primeira pedra em frente ao posto médico. Depois mandou-o para o Senhor da Pedra. Como tem pressa em fabricar dinheiro, não se importa com a localização das bombas.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Concessão do Uso Privativo do Direito de Superfície de um terreno Municipal para Instalação de Posto de Abastecimento de Combustíveis e Área de Serviço, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra. Aprovada em minuta por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista, que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do Partido Socialista regozija-se com a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis e de carregamento de baterias, ou equivalente, em Óbidos. A opção por soluções energéticas menos poluentes, designadamente em matéria de circulação automóvel, são de saudar vivamente, pelo que a instalação de um sistema de abastecimento automóvel desta natureza parece-nos iniciativa de mérito. A razão do voto contra neste ponto da ordem de trabalhos prende-se com a localização prevista para o citado posto de abastecimento. Na verdade, o equipamento situar-se-á junto a zona escolar e desportiva, em área ajardinada (que será parcialmente destruída) e de lazer, que serve e é contígua a zona residencial. Por outro

lado, fica muito próximo da Vila de Óbidos, comprometendo as vistas do Castelo a quem chega vindo do sul. Da argumentação aduzida pelo executivo camarário não ficou claro que não haja alternativa viável nas imediações da Vila de Óbidos. Nem nos parece que a questão do PDM, que alegadamente condicionaria a possibilidade de implantação do equipamento apenas no local indicado, fosse intransponível, uma vez que o referido Plano se encontra em fase de revisão.”.---

--- PUNTO NÚMERO SETE – NOMEAÇÃO DE TRÊS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE SELECÇÃO E AVALIAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO CONCELHO QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos,

número dezassete mil seiscentos e noventa e quatro, de dezassete de Dezembro do corrente ano, para nomeação de três Deputados da Assembleia Municipal para Integrar a Comissão de Selecção e Avaliação para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Concelho que Frequentam o Ensino Superior.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que a comissão é composta por cinco elementos. Estão a votar três. Perguntou quem eram os outros dois.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que os outros dois elementos, são o Senhor Professor Fernando Jorge, por inerência do Conselho Executivo e a Senhora Professora Zélia Moniz, nomeada pela Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “Nomeação de Três Deputados da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Selecção e Avaliação para atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Concelho que frequentem o Ensino Superior – Relativamente ao assunto em título, correspondente ao sétimo ponto da ordem do dia desta sessão pública, vimos por este meio propor os seguintes nomes: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Celeste Maria Ferreirinho Afonso e Luís Miguel Gonçalves Oliveira; - Pelo Grupo Municipal do PS: Ana Maria Ramos de Sousa.”.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dois votos em branco e um voto nulo. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA OBITEC: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil oitocentos e vinte e dois, de vinte e três de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Delegação de Competências na Obitec.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Delegação de Competências na Obitec, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que os três pontos seguintes são apenas para conhecimento. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal poderia juntá-los num só e se, eventualmente, existirem inscrições, que faça o debate dos três pontos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se algum Senhor Deputado se opunha à proposta do Senhor Deputado Luís Carvalho.-----

--- Como ninguém se opôs os pontos nove, dez e onze, vão ser debatidos em conjunto.-----

--- PONTO NÚMERO NOVE – ORÇAMENTO DE ÓBIDOS REQUALIFICA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ, PARA CONHECIMENTO – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscentos e sessenta e nove, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo o Orçamento da Óbidos Requalifica para o ano de dois mil e dez, para conhecimento.-----

--- PONTO NÚMERO DEZ – ORÇAMENTO DA ÓBIDOS PATRIMONIUM PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZ, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil, seiscentos e sessenta e cinco, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo o Orçamento da Óbidos Patrimonium para o ano de dois mil e dez, para conhecimento.-----

--- PONTO NÚMERO ONZE – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL – DOIS MIL E DEZ, PARA CONHECIMENTO – Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dezassete mil seiscentos e noventa e cinco, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo a Proposta da Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal – Dois mil e dez, para conhecimento.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Sousa disse que o Município está a fazer uma clonagem ao antigamente. Foi vítima de uma situação, na qual, o Município pactua. Denunciou uma ilegalidade. A Câmara Municipal tinha na Medieval animais clandestinos, sem saneamento. Ninguém sabia a sua identidade e se seriam portadores de doenças, ou não. Estão a fazer prestação de serviços a um indivíduo que o prendeu, o Sargento Carlos Luís Barbosa Codinha. Disse à sua filha que não valia a pena recorrer a lado nenhum, porque tinha muitos conhecimentos. No fim da sua filha lhe ir levar uns documentos, ainda continuou detido. Foi preciso chamar o INEM para o assistir, porque não estava em condições de lá estar. Até água lhe recusaram. Foi agredido no local e depois, na entrada do posto, voltou a ser agredido sobre o comando do Senhor Codinha. No posto esteve debaixo de detenção, sempre a ser provocado. Está provado que a Autarquia pactua com estes factos.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que o grande problema não são as pessoas que recebem medalhas de mérito. De um modo geral, pensa que a Câmara Municipal tem tido umas decisões muito sensatas, muito equilibradas. O regulamento de atribuição das medalhas de mérito, como o regulamento de atribuição das chaves da Vila, não dizem absolutamente nada e não têm qualquer critério, não prestigiam em nada a atribuição destes méritos e destas medalhas. Devia-se fazer um regulamento novo, em que estas matérias fossem feitas com critério e em que houvesse princípios e regras para determinar a sua atribuição. No regulamento não existe o mínimo critério objectivo, os mínimos requisitos, que possam ser possíveis para atribuir esta medalha ou chave da Vila. Isso desprestigia completamente a homenagem que se pretende fazer às pessoas. As atribuições que têm sido feitas pela Câmara Municipal não merecem reparo. É inacreditável que se tenha um regulamento destes. Se quiserem, pode colaborar na elaboração de um regulamento que tem em mente, não como regulamento concreto, mas ele devia ser suficientemente restrito, para que esta medalha só fosse atribuída a certas pessoas, com requisitos muito rigorosos e concretos, para dignificação da homenagem, para dignificação da Câmara Municipal e para dignificação das pessoas. No regulamento de toponímia que aprovaram, verão que os termos em que ele está redigido, o texto, o rigor exigido, é muito maior

e a redacção e muito mais adequada. Se lerem toda a redacção, todos os requisitos de rigor, coerência e de isenção que se exigem, fica demonstrado, com um exemplo concreto, aquilo que o regulamento de atribuição de medalhas não é. Fica mais uma proposta concreta para que este regulamento seja todo remodelado e prestigie as entidades envolvidas.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o orçamento da Óbidos Patrimonium é um simples exercício, não é um orçamento. Os resultados dos grandes eventos não batem certo por sector. O Festival de Chocolate dá dezoito mil euros e não oito mil. O Mercado Medieval perde dez mil euros e não oitocentos mil. Junho das Artes dá seis mil euros e não quarenta mil. Vem rubricado pelo Administrador. É importante que as pessoas vejam primeiro. Apesar de ser um orçamento, ser um mero exercício, é exigido que as coisas sejam apresentadas como deve ser e com rigor. Trata-se de dinheiros públicos, pelo que a exigência é redobrada.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que, relativamente aos dinheiros públicos, tem havido nesta Assembleia Municipal e neste Executivo todo o rigor. Existem questões que podem estar, eventualmente, formalmente, ou por uma questão de serviços ou de transcrição, incorrectas. Os dinheiros públicos, nestes últimos anos, têm sido empregues e executados com rigor e com responsabilidade. Não aceita qualquer tipo de acusação, de insinuação ou de mensagens que ponham em causa essa honorabilidade, responsabilidade, que tem sido colocada por este Executivo. Referiu a homenagem que é feita ao Dr. Frederico Garcia, pessoa que tiveram o prazer e honra de, no anterior mandato, ter na Mesa da Assembleia Municipal. Em seu nome e em nome de todos os Deputados da Assembleia, não só do PSD, mas também do PS, que estavam presentes no anterior mandato, é com agrado que vê que consta da lista de atribuição de medalhas de mérito.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que não acompanha completamente a apreciação que foi feita pelo Senhor Deputado João Lourenço, relativamente à apreciação que fez sobre a atribuição das medalhas de mérito municipal. Acompanha quanto a algumas questões relacionadas com a questão formal do regulamento, que pode, obviamente, ser mais esclarecedor relativamente a quem é que é merecedor dessas medalhas. Estende, acima de tudo, que quem tenha voto numa Câmara Municipal, que foi eleita pelo voto dos cidadãos e que vê, de facto, essa Câmara Municipal expressar o mérito a essas individualidades, independentemente do regulamento que está subjacente, que as pessoas, ao longo destes anos, que foram objecto da atribuição das medalhas de mérito, se sentem honradas com essa distinção. A atribuição de medalhas é sempre um acto relativamente discricionário, da responsabilidade de quem propõe e de quem aprova, mas não podem ignorar que a aprovação em Câmara Municipal da atribuição das medalhas de mérito é a expressão, indirecta, da vontade dos cidadãos do Concelho de Óbidos. Relativamente à componente de que o regulamento poderia prejudicar e ensombrar a atribuição das medalhas, não acompanha e não concorda com a apreciação feita pelo seu colega de bancada.-----

--- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento destes três pontos da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI

NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, em relação às medalhas, que as propostas foram apresentadas, três por si e uma pelo Senhor Vice-Presidente. Não foi apresentada, nem subscrita por si. Por uma questão de incompatibilidades à luz da Lei, a do Dr. Frederico Garcia. A Autarquia faz sempre um exercício colectivo do seu Executivo, no sentido de procurar fazer da atribuição de medalhas um momento de união e de grande consenso. Pede colaboração e pediu agora, no início do mandato, aos Senhores Vereadores, para pensarem bem, durante o ano, a fim de fazerem isto em conjunto e subscreverem as propostas. O Senhor Deputado João Lourenço tem toda a oportunidade de fazer alterações ao regulamento. Pelos vistos, prefere queixar-se e não apresenta nenhuma proposta. Acha lamentável que tente tirar o lustro e dignidade a uma coisa que acha que está carregada de dignidade, que engrandece as pessoas e que é feita no dia mais solene do Concelho. É o acto que domina a sessão do Feriado Municipal. Acha lamentável, é desnecessário e deixa-o triste, como Presidente da Câmara Municipal, que tendo o Senhor Deputado oportunidade de poder mexer, de poder propor, de poder fazer valer a sua perspectiva de como vê as coisas, que é legítima, não apresente isso e procure, anos após ano, enfraquecer, diminuir e apocar as pessoas que acabam por ser, no fundo, as vítimas deste tipo de abordagem. Em relação às contas, houve de facto uma troca. Isso não é suficiente para o Senhor Deputado João Maria Lourenço vir falar em rigor, dando a entender que na coisa pública não existe rigor. Agradece por ter detectado a gralha, mas a parte que acrescentou, com os comentários de natureza política, é que é desnecessária, porque quebrou aquilo que podia ser uma iniciativa bem aceite e bem entendida, por parte de todos. A informação escrita procura, basicamente, fixar aquilo que mais importante acontece na vida do Município, entre cada Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que aqui estava como isto funciona. O facto de terem criticado o regulamento, como ele existe, foi considerado como apocar o prémio, como uma atitude lamentável, como uma atitude triste, apenas porque considerou que o regulamento não diz nada sobre os critérios que se seguem e que só está a apocar as pessoas que são homenageadas, quando foi ele, a primeira pessoa, nesta Assembleia Municipal, a propor um dos homenageados. Isto significa perfeitamente como se funciona aqui. Na intervenção, por se terem criticado os números, por estarem errados, foi imediatamente, a pensar que fez os reparos, considerada como arrogante e como indo na onda dos outros. Nesta casa é assim. Quando criticam qualquer coisa, e não abdicam disso, são imediatamente acusados de arrogantes, de apocar pessoas ou de atitudes lamentáveis. Fica com os Senhores Deputados a maneira de interpretar e de ver, em consciência, como funcionam as coisas e como funciona, aqui, a democracia.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO TREZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

--- O Múncipe Senhor Luís Félix Castro Ferreira, residente em Óbidos, disse que a rua entre o Postigo e a Senhora da Graça, em Óbidos, está estrangulada, devia ser sinalizada. Na mesma

rua, quando chove muito, a água infiltra-se e passa pela muralha. Desejou a continuação de boas festas.-----

--- O Município Senhor Luís Salles, residente em Trás do Outeiro, disse que, dadas as alterações que estão previstas para a chamada praça da criatividade, e como agora trabalha em Setúbal, viajando todos os dias, continua a deparar com o padeiro que existe à entrada de Óbidos, junto à rotunda, do lado esquerdo. É uma pena as intempéries não terem feito voar aquele padeiro. É uma autêntica vergonha o que se passa na entrada da Vila de Óbidos. Querem todos um Concelho de excelência, querem todos o melhor que há, para Óbidos. Está em Óbidos desde dois mil e continua a aparecer aquela vergonha, de aspecto, de barracas, que estão à entrada da Porta da Vila. Aquilo é que é grave. Não é a bomba da gasolina, não é os bombeiros. Gostaria que se resolvesse desta vez, e de uma vez por todas, aquela situação. Foi expropriado à dois anos, pela Câmara Municipal. O Senhor actual Vice-Presidente da Câmara Municipal e o Senhor ex-Vereador Paulo Leandro, ficaram de reparar a zona que lhe expropriaram atrás da sua casa, para ter acesso e até hoje não tem acesso pelas traseiras da sua propriedade. Essa promessa foi feita e nunca mais foi resolvida. Sugeriu que houvesse um sitio na Internet para as pequenas intervenções urgentes que é preciso fazer, como por exemplo, um buracão a seguir à casa da Avarela para Óbidos, um bocadinho à frente da casa do solicitador Bernardo Rodrigues, onde já ia enfiando o carro. Quando se cruzam duas viaturas, pode haver ali um acidente e despesas para o Município, porque aquilo já devia ter sido reparado. No Bairro da Sr. da Luz também existem dois buracões enormes que molham as crianças que estão na paragem do autocarro e atiram água para cima do prédio de que é proprietário.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse, sobre a intervenção do Senhor Luís Salles, que repudia totalmente e veementemente as expressões que foram usadas, relativamente aos efeitos da intempérie, relativamente à propriedade de um outro Município. Repudia esse tipo de discurso e que esta Assembleia Municipal tenha sido palco deste momento, manifestamente infeliz, da parte do Município Luís Salles. O que aconteceu no Oeste e em especial em Óbidos e na Vila Natal, aconteceu por volta das três horas da manhã. Deus nos livre que tivesse acontecido noutra altura do dia e noutra altura das vinte e quatro horas do dia. Felizmente para todos, a intempérie só provocou danos patrimoniais.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que este ponto não era para interpelação dos Senhores Deputados e para entrarem em diálogo directo com os Municípios. Hoje cederá, mas quando voltar a presidir aos trabalhos, não vai ceder mais. Têm que saber respeitar a Mesa.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Município Luís Salles colocou uma questão delicada. Já teve muitas pessoas a abordar a Câmara Municipal por este motivo. A questão preocupa-o. Se o Senhor Custódio Santos quiser informar a Autarquia poderá fazê-lo. Se não, no lugar certo e no sítio próprio, irão conversar em relação a este assunto e estas questões, que preocupam muitas pessoas. A Câmara Municipal não vai ficar indiferente, só porque isto é relacionado com uma pessoa que foi eleita para a Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Vereador Pedro Félix disse, quanto à muralha, que a drenagem que existe entre o interior e o exterior de Óbidos preocupa a Câmara Municipal, em questões de segurança. Foram enviadas cartas ao Igespar e à Direcção-Geral da Cultura. O Igespar respondeu que não seria

com eles, seria com a Direcção-Geral. Aguardam uma resposta. É um monumento nacional. A Câmara Municipal está atenta, mas é difícil intervir. Quanto ao sinal, existe uma Comissão Municipal de Trânsito e essa será uma das propostas a colocar à Comissão, para evitar a passagem naquela estrada, que é bastante apertada.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Sousa disse que foi o protagonista desta situação. O Senhor Município Luís Salles não merecia resposta nenhuma. Foi com uma certa alegria que ele falou. Ainda não se queixou a ninguém do prejuízo que lá tem. Se ele tiver disposto a ajudá-lo para melhorar as instalações, agradece.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de Dezembro do corrente ano. E eu Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----